



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

KARLA SULENY BESSA DA SILVA ALVES

**MULHERES SINDICALISTAS: ESTUDO DA ANÁLISE DISCURSIVA DO SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO CEARÁ**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Recife/PE

2024

Karla Suleny Bessa da Silva Alves

**MULHERES SINDICALISTAS: ESTUDO DA ANÁLISE DISCURSIVA DO SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a qualificação do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nádia Pereira Gonçalves de Azevedo.

2024

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Prof. Dr. Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S.J. (Reitor)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dr.^a Valdenice José Raimundo (Pró-Reitora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Profa. Dr.^a Roberta Varginha Ramos Caiado (Coordenadora)

Profa. Dr.^a Isabela Barbosa do Rêgo Barros (Vice-coordenadora)

Ficha Catalográfica

A474m Alves, Karla Suleny Bessa da Silva.
Mulheres sindicalistas: estudo da análise discursiva do
Sindicato dos Servidores Públicos do Ceará / Karla Suleny
Bessa da Silva Alves, 2024.
108 f.: il.

Orientadora: Nádya Pereira Gonçalves de Azevedo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da
Linguagem. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2024.

1. Análise do discurso. 2. Sindicalismo. 3. Gênero.
4. Mulheres sindicalistas. I. Título.

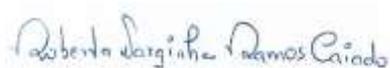
CDU 801

Pollyanna Alves - CRB/4-1002

**MULHERES SINDICALISTAS: ESTUDO DA ANÁLISE DISCURSIVA DO SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO CEARÁ**

Esta Dissertação foi julgada adequada para qualificação do Título de Mestre em Ciências da Linguagem. Foi aprovada em sua forma final/com alterações indicadas pela banca.

Recife, 02 de dezembro de 2024.



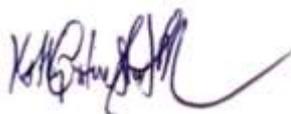
Prof.^a Dr.^a Roberta Varginha Ramos Caiado

Coordenadora do PPGCL

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo
Orientadora - Universidade Católica de Pernambuco



Prof.^a Dr.^a Kelly Cristine Martins dos Santos
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)



Prof.^a Dr.^a Elaine Pereira Daróz
Universidade Católica de Pernambuco

ALVES, Karla Suleny Bessa da Silva. **Mulheres Sindicalistas**: estudo da análise discursiva do Sindicato dos Servidores Públicos do Ceará. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2024.

RESUMO

No sindicalismo brasileiro, ao longo de décadas a ideologia dominante condiciona a (não) participação de mulheres nos espaços de decisão, fomentando inclusive o apagamento de nossas contribuições e protagonismos na história da luta sindical e no mundo trabalhista. Nossa principal questão de pesquisa é: que posições de destaque as mulheres assumem nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Ceará? Diante disso, o objetivo desse estudo é investigar quais posições de destaque as mulheres têm ocupado nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Ceará, delineando e identificando o histórico da participação e a evolução da presença das mulheres no sindicalismo cearense, compreendendo a importância dessa presença a partir do lugar de fala das mulheres participantes desses sindicatos. A pesquisa será de natureza documental e bibliográfica com abordagem de natureza qualitativa, realizando uma revisão de literatura acerca das discussões sobre gênero e a presença das mulheres no sindicalismo no Brasil, com recorte no Ceará, além mulheres das regionais dos sindicatos dos servidores público municipais do Estado do Ceará. Todo o processo teórico-metodológico acontecerá à luz da Análise do Discurso pecheutiana, na qual o discurso (a produção de sentidos entre interlocutores) é a ligação entre língua e história e o sujeito (do discurso) é interpelado pela ideologia, construindo sua subjetivação e sua projeção social. Espera-se compreender como historicamente foi discutido o gênero, inclusive nos estudos sobre a mulher, estando isso atrelado à história das mulheres no sindicalismo brasileiro, principalmente no sindicalismo do estado do Ceará.

Palavras-Chave: Discurso. Gênero. Mulheres. Sindicalismo. Análise do Discurso.

ALVES, Karla Suleny Bessa da Silva. **Mulheres Sindicalistas**: estudo da análise discursiva do Sindicato dos Servidores Públicos do Ceará. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2024.

ABSTRACT

In Brazilian unionism, over the decades, the dominant ideology has conditioned the (non)participation of women in decision-making spaces, even promoting the erasure of our contributions and protagonism in the history of the union struggle and the labor world. Our main research question is: what prominent positions do women occupy in the Municipal Public Servants' Unions of Ceará? In view of this, the objective of this study is to investigate which prominent positions women have occupied in the Municipal Public Servants' Unions of Ceará, outlining and identifying the history of participation and the evolution of the presence of women in Ceará unionism, understanding the importance of this presence from the standpoint of the women participating in these unions. The research will be of a documentary and bibliographic nature with a qualitative approach, carrying out a literature review on discussions about gender and the presence of women in unionism in Brazil, with a focus on Ceará, as well as women from the regional unions of municipal public servants in the state of Ceará. The entire theoretical-methodological process will take place in the light of Pêcheux's Discourse Analysis, in which discourse (the production of meanings between interlocutors) is the link between language and history and the subject (of discourse) is interpellated by ideology, constructing their subjectivation and their social projection. It is hoped to understand how gender has been historically discussed, including in studies on women, and how this is linked to the history of women in Brazilian unionism, especially in the unionism of the state of Ceará.

Keywords: Discourse. Gender. Women. Unionism. Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Caderno <i>Fala, Companheira!</i>	29
Figura 2: Charges do <i>Fala, Companheira!</i> À época, já se buscava denunciar situações machistas. O material buscou fornecer discernimento às mulheres para reconhecer contextos sexistas e denunciá-los ao sindicato.....	29
Figura 3: Charges do <i>Fala, Companheira!</i> À época, já se buscava denunciar situações machistas. O material buscou fornecer discernimento às mulheres para reconhecer contextos sexistas e denunciá-los ao sindicato (continuação)	30
Figura 4: Almerinda Farias Gama	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pontos da análise do discurso dominante de Pêcheux (1997)	44
Quadro 2: Falas machistas proferidas por líderes sindicalistas e políticos do sexo masculino contra mulheres sindicalistas	54
Quadro 3: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindsep Caucaia	68
Quadro 4: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindsec Canindé	75
Quadro 5: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindisep Pacujá e Graça	78
Quadro 6: Composição do Sindsep Bela Cruz	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MULHERES NOS SINDICATOS: UM ELO NA CORRENTE DA JUSTIÇA SOCIAL, FORJANDO UM AMANHÃ MAIS EQUITATIVO E SOLIDÁRIO.....	19
1.1 O processo histórico de ruptura com a hegemonia masculina: ocupando espaços, reverberando luta	19
1.2 A voz forte: a presença feminina no cenário sindicalista do Brasil	26
1.3 O empoderamento das mulheres sindicalistas no Ceará	36
2 CONSTRUINDO NARRATIVAS E ROMPENDO BARREIRAS: O VIÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO NA VALIDAÇÃO DOS DIZERES FEMININOS	40
2.1 Althusser e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)	47
2.2 Discurso e questões de gênero	50
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	63
3.1 Procedimentos da Pesquisa	65
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES	67
4.1 Resultados da análise discursiva dos estatutos	67
4.1.1 Sindsep Caucaia	67
4.1.2 Sindsec Canindé.....	74
4.1.3 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz	77
4.1.4 Sindisep Pacujá e Graça	78
4.1.5 Sindicato dos Professores de Crateús	80
4.1.6 Sindsep Bela Cruz.....	82

4.2 Considerações sobre o masculino genérico e sua prevalência	84
4.3 Resultados da análise do discurso aplicada às atas de posse.....	90
4.3.1 Sindsep Caucaia	91
4.3.2 Sindsec Canindé.....	94
4.3.3 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz	95
4.3.4 Sindsep Pacujá e Graça.....	95
4.3.5 Sindicato dos Professores de Crateús	96
4.3.6 Sindsep Bela Cruz.....	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Àquelas pessoas que dedicam um olhar para a diversidade enquanto possibilidade de (re)existência e elemento constituidor de um mundo mais igualitário, é fácil perceber o quanto o conservadorismo escancaradamente hostil tem demonstrado ter lugar e principalmente inúmeros adeptos no Brasil.

Politicamente alinhado a uma agenda neoliberal, essa postura ideológica que (convenhamos) construiu o país institucional e subjetivamente tem cada vez mais reforçado os discursos de ódio enraizados no imaginário sociocultural, no cotidiano, na língua, fazendo-os figurarem como postura política – dita “do bem” –, enquanto é demarcação social estrategicamente pensada. Alves (2016) considera que a “ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016 por meio de um golpe de Estado jurídico-parlamentar ocorreu no contexto da profunda crise do capitalismo global”. Em entonação mais objetiva e próxima do vivido: são tempos sombrios nos quais a propagação do ódio para a anulação do existir e a tentativa de apagamento das escolhas de si, tem ganhado força e em muitos momentos “forma” (institucional, personalista, discursiva).

Em um cenário tão social e politicamente complexo é possível pensar a diversidade a partir de inúmeros formatos. Pela via do apagamento dessa diversidade já está claro aqui que não pertence às finalidades desta proposta. Então é preciso reforçar que está posto como parte do plano de fundo compreender essa diversidade, sua construção e manifestação, respeitando-a e entendendo que esse é um caminho saudável para constituir possibilidades de superar a normatização que constrange, destina e até mata (Pasinato; Lemos, 2017).

Na conjuntura das diversidades e desigualdades que atravessam o Brasil estão os estudos sobre (identidade de) gênero. A sistematização dessa temática ganha força em decorrência, principalmente, do crescimento do movimento feminista, abarcando mais tarde outras nuances de abordagem para além da reflexão binarista *mulher/homem*, encorpando cada vez mais os enfoques sobre diversidade e sexualidade pensadas dentro dos contextos institucionais.

No ano de 1907, Ana Maria Mozzoni, autora italiana, deu início a um movimento de efervescência feminina na Itália, a partir do lançamento do lançamento do livro *A Servidão das Mulheres*, de autoria de J.S Mill, sobre o qual escreveu:

“Nós recomendamos este livro às mulheres, a fim de que elas se façam sempre mais ativas, diligentes e iluminadas nos seus interesses, e que não transijam no dever que elas têm de reivindicar entre seus direitos os meios de seu aperfeiçoamento” (Mozzoni, 1907 *apud* Mill, 1976)¹.

Ser mulher é abrir sua própria caminhada para uma jornada repleta de desafios e questionamentos sobre seu papel na sociedade. Resignificar a feminilidade é trazer à baila reflexões sobre onde ainda é possível galgar posições antes ocupadas apenas por homens².

Neste contexto, recorre-se aos estudos de Safiotti (2013), quando a autora, em sua obra *A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade*, contempla o papel feminino, em um tom provocativo, e o viés de gênero que durante muito tempo renegou as falas e feitos femininos em prol da retroalimentação do falocentrismo em nossa sociedade. Esta tentativa de abafar os estudos, vozes e pensamentos femininos começou a ruir durante a década de 1970 a 1980, período que compreende à ascensão de pesquisas sobre a “especificidade da categoria mulher”.

Para isso, é preciso que educadores de modo geral estejam atentos ao posicionamento adotado para abordar essas questões, uma vez que é preciso se destituir das amarras que impõe a “hegemonia” do que e como é pensado: “Significa reverter à posição binária³, deslocando as construções hierárquicas, buscando compreender a construção e reprodução das relações de gênero nos contextos que as gera” (Uchoa *et al.*, 2019, p. 36). Então é importante rever que:

Os estudos de gênero passaram a ser sistematizados com o avanço dos movimentos feministas no século XIX, décadas de 1960 e 1970, período em que as mulheres reivindicavam relações igualitárias entre os gêneros. Com a efervescência dos estudos feministas e o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres, surgiram, em paralelo, aos movimentos acadêmicos de estudos sobre as masculinidades no final da década de 1980. Atualmente, os estudos de masculinidades e feminilidades conferem à perspectiva de gênero

¹ MILL, J. *La Servitù delle Donee*. Roma: Sovei, 1976. No Dicionário de Política, consta a fala de Ana Maria Mozzoni, que encabeçou, durante os anos de 1864 a 1920 a proposta de inserção das questões femininas na política italiana. Suas críticas ao patriarcalismo apontavam que a mulher deveria ter um papel mais forte na sociedade e não apenas na constituição das famílias. Mozzoni foi uma grande defensora do acesso das mulheres ao voto, além de defender a reforma educacional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnB, 2008, p. 488.

² Palavras da autora (2024).

³ Ideia de que existem apenas duas categorias de gênero: masculino e feminino.

dimensões que ressaltam análises cada vez mais relacionais no que tange ao processo de construção social das performances de gênero.

“Nesse âmbito, destaca-se a mudança na nomenclatura de estudos feministas para estudos de gênero” [...] (Uchoa *et al.*, 2019, p. 36) A dimensão sexista a qual as mulheres foram condicionadas abriu precedentes para inúmeras contribuições interdisciplinares sobre as particularidades da divisão sexual no rol do campo trabalhista. Dentre os grupos de pesquisa, enfatiza-se aquele criado pela Fundação Carlos Chagas, em 1970, fruto de lutas e reflexões feministas que buscaram inclusão na política e na elaboração de políticas públicas feitas por e para mulheres.

Nesta época, os grupos de estudos feministas e de gênero ganharam robustez e assim buscava-se incessantemente reafirmar que o gênero feminino era autossuficiente, levando assim a um revisionismo do papel feminino na Sociologia, na política, nas relações trabalhistas, nas construções sociais, na educação e demais campos onde fosse possível a inserção da mulher. Assim, Saffiotti (2013) versa que:

Os problemas que as mulheres enfrentam nas sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo e que, portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres (Saffiotti, 2013, p. 106-107).

Neste contraponto de ideias e ideais, muito se pensa sobre o papel da mulher em um dos cenários que mais foram ocupados por homens: os sindicatos. Logo, é a partir deste cerne que esta pesquisa desenvolve-se, em busca de compreender como ocorre a dinâmica social da integração entre a força sindical e a força feminista, a partir das quais as trabalhadoras unem-se em prol da construção de uma teia de transformações históricas e sociais, inserindo as mulheres e rompendo com as problematizações da subjetividade sexuada. Gogna (2021) evidencia que a divisão sexual do trabalho perpassa a inclusão das mulheres nos sindicatos e tece uma forte crítica ao apagamento e silenciamento da presença das mulheres na história do sindicalismo.

A prova cabal desse fato é que não há registros precisos sobre a primeira mulher sindicalista nos registros mundiais. A constituição dos sindicatos em questão de gênero é um tema complexo, que envolve tanto a história do movimento sindical quanto as dinâmicas sociais e de poder. Homens ocuparam, historicamente, a maior parte dos cargos de liderança nos sindicatos, desde a base até as diretorias

Parte-se da premissa de que ainda há um processo de maturidade no que diz respeito à ocupação feminina nos sindicatos, visto que o imaginário político ainda é

permeado por práticas e pensamentos machistas, oriundos ainda da Revolução Francesa, que consistiu em um modelo político e social centralizado na figura do homem enquanto único líder possível, sendo ele o único a possuir direitos.

Portanto, conforme Gogna (2021), é importante contextualizar que esse debate parte de uma lógica na qual os estudos sobre a mulher na sociedade só tiveram sua relevância exaltada no final do século XX, contribuindo, dessa forma, com a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, quando se problematizou o determinismo biológico nas diversas análises do tema. Nessa teorização, o gênero vai além da especificação das diferenças biológicas entre seres

Ora, o fortalecimento deste raciocínio advém da tentativa, no cenário político, de integrar mulheres e política, concretizando o princípio da representação como meio de legitimar a presença feminina nas relações de poder e também como forma de levar as questões de gênero ao âmbito político. Estas duas iniciativas representam por si só a verdadeira essência da política: aquela que legitima a participação democrática e aquela que fortalece vínculos com a sociedade civil, alçando ao poder indivíduos com os quais as pessoas possam se identificar.

É necessário, portanto, conhecer os desafios enfrentados pelas mulheres para que sua validação fosse concretizada e além disso, é de suma importância ampliar o significado social do sindicalismo, uma vez que sua essência firma-se além de seus aspectos institucionais. O sindicato é, antes de tudo, uma força coletiva, que produz, fortalece e impulsiona a imagem dos trabalhadores, em outras palavras, ele é um agente catalisador dos anseios trabalhistas por mudanças, melhorias, cumprimentos de demandas e asseguramento de direitos.

Nesse sentido, portanto a proponente registra seu histórico de atuante nos movimentos sociais desde a adolescência. A memória afetiva de acompanhar a mãe em sua movimentação dentro Conselho Comunitário do Bairro e a participação no movimento estudantil foram dois grandes períodos propulsores em sua vida política e educacional.

Atualmente é vice-presidente do Sindsep (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais) – Caucaia-CE, no qual iniciou a luta em 2010 após aprovação no Concurso Público, sendo eleita junto com a Chapa 1 para a pasta da Juventude. Já foi

vice-presidenta do Conselho do FUNDEB em Caucaia e depois Presidenta do Conselho do FUNDEB.

É representante dos Professores do Ensino Fundamental do Conselho Municipal de Educação de Caucaia-CE por dois mandatos, no qual é Presidenta da Câmara do Ensino Fundamental, também faz parte da diretoria executiva da FETAMCE (Federação dos Trabalhadores(as) no Serviço Público municipal do Estado do Ceará), como diretora do Meio Ambiente.

Da minha experiência, é possível considerar o quanto é repetitivo no ambiente sindical a produção e endossamento de um discurso sexista sobre as mulheres, mesmo àquelas que ocupam atualmente espaços de direção e decisão. Ao longo da minha trajetória, foram diversos os momentos que enfrentamos a tentativa de desqualificação de diversos governos municipais conduzidos por homens e de outros dirigentes sindicais através de um discurso sexista/machista que mantém na ridicularização e deslegitimação os pressupostos da ideologia do sexismo biológico. Butler (2003) afirma que o gênero é construído pelo discurso.

Nesse sentido, para Pêcheux (1997) o discurso é a produção de sentidos entre interlocutores: sendo o sujeito interpelado pela ideologia em determinado contexto sócio-histórico (condições de produção do discurso), a análise do discurso considera esse aspecto em seu gesto interpretativo.

Pêcheux (1997) constrói a ideia de três conceitos articuladores: 1) as formações ideológicas, 2) as formações imaginárias e as 3) formações discursivas. As formações ideológicas regem a formação do pensar, as formações imaginárias conformam a *posição-sujeito*, que é a condição na qual o sujeito se mostra/se porta para o outro no processo de interlocução.

As formações discursivas regem o dizer (o que pode, deve ou não deve ser dito). Ou seja, a *posição-sujeito* é a projeção e a leitura do sujeito diante a sociedade, atravessada por uma formação ideológica e produzida dentro de uma formação discursiva. Desse modo, compete compreender as condições de produção dos discursos das e sobre as mulheres sindicalistas/ no sindicalismo.

A participação das mulheres nos sindicatos e na política não é um fenômeno recente, mas as ocupações nos cargos de decisão ainda mostram inexpressividade quanto às participações das mulheres. No geral, o que dificulta a participação das

mulheres no movimento sindical se refere às duplas ou triplas jornadas, casa, trabalho e militância e como estas presidentas conciliaram a vida e a luta.

O capitalismo, ao promover a separação entre o local de trabalho e o lar, aliada à inovação tecnológica dos métodos produtivos e à propriedade privada dos meios de produção rompeu com a unidade produtiva alicerçada na família, o que possibilitou a reconfiguração das atividades desenvolvidas pelas mulheres, tanto no âmbito da produção quanto na reprodução familiar, e o surgimento de novos contornos na opressão das mulheres.

É nesse sentido que consideramos importante discutir a questão da divisão sexual do trabalho, as dificuldades de acesso e qualidade de vida em relação ao mercado de trabalho citadas acima e o sexismo no/do ambiente sindical, como lembra Gogna (2021, p. 1), destacando que “Mesmo os sindicatos de trabalhadores compostos principalmente por mulheres, como sindicatos de professores e sindicatos de trabalhadores têxteis e de vestuário, são geralmente dirigidos por homens”. Ainda segundo Gogna (2021, p. 1), nos últimos anos “uma grande quantidade de pesquisas tem sido realizada sobre o tema das mulheres e do trabalho”, evidenciando o atraso que é explicado pelo evidente fato dos homens estarem na centralidade do movimento sindical.

Apesar disso, a mesma autora enfatiza que desde 1985 dados provam o aumento da taxa de sindicalização das mulheres, bem como a maior presença em atividades laborais e nas tomadas de decisões no âmbito do movimento sindical, ponderando que, ainda assim, essa mobilização das mulheres só tem sido objeto científico de interesse de pesquisadoras que estão voltadas estritamente para a questão de gênero, enquanto a problematização acerca das mulheres no movimento sindical e no mundo trabalhista de modo geral é invisibilizada pelos estudos sobre o trabalho e o movimento dos trabalhadores. É nessa conjuntura que se faz importante observar as formas de inserção e as estratégias construídas por estas mulheres sindicalistas no exercício da representação sindical e no garantir da sua participação política, buscando compreender as relações construídas na atividade sindicalista e identificar em que medida se renovam ou se limitam por meio das velhas e novas práticas, contradições, conflitos, tensões e desafios.

No Ceará temos um dado importante que condiz com as colocações expostas anteriormente, pois nos sindicatos dos servidores públicos, que são compostos por professoras principalmente, a luta feminista conseguiu mobilizar uma guinada que

reverberou no fato de atualmente a direção dessas instituições serem compostas majoritariamente por mulheres. Nesse sentido, consideramos a importância social e científica dessa proposta.

Dessa forma, nossa principal questão de pesquisa é: que posições de destaque as mulheres assumem nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Ceará? Com base nisso, pretendemos investigar essas posições de destaque das mulheres.

Para a realização da pesquisa, foram traçados objetivos de forma a sistematizar e organizar as etapas de estudo. Como objetivo geral, buscou-se investigar quais posições de destaque as mulheres têm ocupado nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Ceará, delineando e identificando o histórico da participação e a evolução da presença das mulheres no sindicalismo cearense, compreendendo a importância dessa presença a partir do lugar de fala das mulheres participantes desses sindicatos.

Como objetivos específicos, tem-se: Delinear o histórico da participação das mulheres no sindicalismo no estado do Ceará, levantando documentos como Estatuto, Convenção Coletiva, atas, etc, analisar a evolução da presença das mulheres no sindicalismo cearense e compreender a importância da presença das mulheres a partir das mulheres participantes dos sindicatos cearenses e dos estatutos das entidades.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido no cenário dos embates contra as estruturas sociais predominante, entretanto, importantes já foram dados ao longo das décadas. A dissertação está dividida da seguinte forma: O capítulo a seguir, intitulado *Mulheres nos sindicatos: um elo na corrente da justiça social, forjando um amanhã mais equitativo e solidário*, discorre sobre a trajetória de mulheres que saíram de seus lugares coadjuvantes e foram à luta por melhores condições trabalhistas, tecendo o fio inicial para a inserção das mulheres nos sindicatos.

No capítulo subsequente, *Construindo narrativas e rompendo barreiras: o viés da análise do discurso na validação dos dizeres femininos*, é apresentado um breve histórico da subrepresentação das mulheres na produção do conhecimento e nos espaços de poder, destacando os mecanismos de silenciamento e invisibilização. Além disso, o capítulo discute os aparelhos ideológicos do Estado à luz de Althusser e debate os desafios enfrentados pelas mulheres para fazerem suas vozes serem ouvidas e para que seus discursos sejam considerados legítimos, explorando como a

linguagem é utilizada para reforçar as desigualdades de gênero e como as mulheres são frequentemente submetidas a estereótipos e preconceitos linguísticos.

No mesmo capítulo, são apresentados os principais conceitos e ferramentas da análise do discurso, destacando sua importância para a compreensão das relações de poder e das práticas discursivas, explicando como a análise do discurso pode ser utilizada para desvelar os sentidos ocultos e as estratégias discursivas utilizadas pelas mulheres para resistir e subverter as normas de gênero.

Isto posto, tem-se a *Metodologia de Pesquisa*, discorrendo sobre o processo de tomada de decisão sobre o percurso metodológico adotado para a elaboração da dissertação em prol do alcance dos objetivos e resultados desejados, apresentados no capítulo seguinte, *Análise e Discussões*, no qual estão elencados os resultados da pesquisa: as formações discursivas de documentos referenciais de sindicatos atuantes em diversos municípios do Ceará.

1 MULHERES NOS SINDICATOS: UM ELO NA CORRENTE DA JUSTIÇA SOCIAL, FORJANDO UM AMANHÃ MAIS EQUITATIVO E SOLIDÁRIO

A compreensão do papel feminino na luta sindical é, intrinsecamente, um processo de análise da história da inserção da mulher em cargos políticos e poder, cuja concretização é fruto de muitas batalhas sociais, as quais busca-se compreender neste capítulo. Para tal, realizou-se um apanhado histórico, a fim de compreender a linha temporal dos processos históricos que permearam as vitórias das mulheres na concessão de direitos, nos âmbitos mundial, nacional e regional.

1.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE RUPTURA COM A HEGEMONIA MASCULINA: OCUPANDO ESPAÇOS, REVERBERANDO LUTA

Inicia-se este debate trazendo à baila os pensamentos estruturais que durante muito tempo representaram obstáculos à ascensão das mulheres. A opressão às mulheres há muito foi uma realidade consolidada na estrutura social, enraizada por pensamentos de autoridade régia e patriarcais.

Historicamente, o discurso sindical, marcado por uma forte masculinidade, relegou as mulheres a um segundo plano. Seus interesses eram subalternizados e suas demandas, muitas vezes, invisibilizadas. A análise do discurso permite identificar como essa construção discursiva contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e poder nos sindicatos.

A partir da segunda metade do século XX, com a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho, a voz feminina começou a se fazer ouvir nos sindicatos. A análise do discurso pode rastrear essa mudança, identificando os novos temas e as novas formas de expressão que surgiram nesse contexto, tais como grupos de estudo e registros históricos como os que estão elencados a seguir.

Às mulheres, cabiam os cuidados domésticos e dos filhos, limitando a força e a cognição feminina ao subjugo masculino de pais, irmãos e maridos. Longo foi o período histórico onde os cargos de liderança, confiança e poder eram destinados aos homens, sendo as mulheres relegadas apenas aos papéis de mãe e dona de casa, sem que tivesse voz ativa na esfera pública.

Períodos como a Revolução Industrial são tomados como exemplo para ressaltar a disparidade entre homens e mulheres. Enquanto o mundo descobria o trabalho em série e o lucro, as mulheres continuavam alheias às mudanças, cuja força era voltada meramente ao trabalho forçado, sem direitos ou proteção, configurando-

se como um regime trabalhista exaustivo e abusivo, inclusive para mulheres deficientes e gestantes, marcando para sempre a ascensão do capitalismo como modelo econômico.

Em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres em Copenhague, Clara Zetkin, eminente representante do feminismo alemão, trouxe a proposta de uma organização composta por trabalhadoras de todos os países, este movimento foi adotado por mulheres de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos.

De acordo com Blay (2001, p. 603), toma-se como exemplo dos primeiros esboços da participação feminina na causa trabalhista o fato ocorrido em 25 de março de 1911, quando a fábrica da *Triangle Shirtwaists* foi tomada por um incêndio que vitimou 125 mulheres. Este fato levou a diversas manifestações e à reflexão sobre as condições de trabalho, mobilizando o surgimento dos sindicatos.

Dois anos antes, na mesma empresa, mulheres já haviam mostrado sua capacidade mobilizadora ao organizar uma greve de costureiras, encabeçado pelo sindicato International Ladies' Garment Workers' Union, um dos mais proeminentes dos Estados Unidos e composto majoritariamente por mulheres. Autoras como Blay (2001, p. 601) afirmam que as mulheres sempre fizeram parte da luta trabalhista, entretanto, ao reivindicarem salários iguais, eram invalidadas e afirma que até meados da década de 1980, os sindicatos não tinham interesse em equiparar os salários das mulheres aos dos homens.

As trabalhadoras participavam das lutas gerais mas, quando se tratava de igualdade salarial, não eram consideradas. Alegava-se que as demandas das mulheres afetariam a "luta geral", prejudicariam o salário dos homens e, afinal as mulheres apenas "completavam" o salário masculino (Blay, 2001, p. 601).

A divisão de gênero no trabalho tornou-se mais evidente, com as mulheres presas a rotinas insalubres de trabalho enquanto uma minoria masculina reforçava seus privilégios. Conforme Saffioti (2013), esta divisão possuía uma vertente estrutural que possui o patriarcado como alicerce, sendo chamada de divisão sexual do trabalho, que é socialmente construída e normalizada.

Com tal pensamento, corrobora Kergoat (2009), ao afirmar que a distinção entre os sexos sustenta as desigualdades, amparada pelo pensamento de que mulheres são biologicamente distintas do homem. Souza-Lobo (1991), descreve em *A Classe Operária tem Dois Sexos* que na realidade, para o capitalismo, não há uma distinção exata entre homens e mulheres quando se fala de exploração de mão de

obra e a falta de discernimento sobre esta pauta leva a tensões nos movimentos sindicais e a uma tentativa de culpabilização das mulheres por incitarem “a divisão da classe trabalhadora” ao “insistirem em causas próprias”, o que, na mente de algumas lideranças masculinas justifica que baixa adesão das mulheres aos movimentos sindicalistas.

No ano de 1929, a escritora Virginia Woolf, em seu ensaio *A Room of One's Own* conclamou à sociedade uma proposta de revisionismo histórico para que as histórias das mulheres fossem reescritas de forma a lhes dar o destaque merecido. Assim, Woolf propôs que a organização feminina se desse na esfera social, política e trabalhista, ressignificando o papel da mulher e rompendo com a supremacia masculina nos espaços de poder.

Conseqüentemente, Woolf vem refutar todos os argumentos de que as mulheres são seres inferiores (e, portanto, escritores inferiores), tão amplamente em voga no início do século XX, sobretudo devido às lutas pelo direito ao voto das mulheres, focando-se no argumento de que as mulheres, ao longo dos tempos, foram impedidas de frequentar a escola e universidades, foram excluídas da propriedade (na herança, no casamento), sendo-lhes vedado o espaço público e limitadas a uma existência privada, em tarefas domésticas e criação de filhos - e de que estas são as verdadeiras razões para não existirem mais mulheres escritoras, historiadoras, cientistas, ... - não por que seja da natureza da mulher ser inferior, mas antes pelas óbvias razões de que às mulheres não foi dada liberdade, espaço e tempo para desenvolverem as suas capacidades e criatividade. Woolf celebra o trabalho de mulheres que superaram essa tradição e se tornaram escritoras, incluindo Jane Austen, George Eliot e as irmãs Brontë, Anne, Charlotte e Emily (Madeira; Margarida, s.a, *on-line*).

Em paralelo ao conceito de divisão sexual do trabalho, está a divisão do espaço entre o público e o privado e também a divisão entre produção e (re)produção, ou seja, os espaços públicos, durante muito tempo, foram ocupados e representados por homens, pois a estes era conferido maior valor (Kergoat, 2009).

A luta feminina pela ocupação de espaços e cargos públicos, tais como participação na vida social, na política e acesso a direitos trabalhistas representou, de acordo com Kergoat (2009), novos ares para as conquistas sociais mundo afora e a inserção das mulheres no mercado de trabalho chegou permeada por limitações e ainda restrita aos desmandos masculinos.

Foi no começo do século XX que este cenário passou por mudanças mais pungentes com o surgimento dos movimentos feministas e sufragistas que se opuseram à estrutura social estabelecida, desafiando as normas sociais em busca de maior participação feminina. Dentre as principais conquistas da época, está o direito

ao voto, que abriu precedentes para a inclusão da voz das mulheres na esfera política em países como Nova Zelândia (1893), Finlândia (1906) e Estados Unidos (1920).

As mudanças decorrentes desta reestruturação social reverberaram em aspectos diversos, incluindo no âmbito laboral que, devido às condições insalubres e exaustivas, passaram a ser objetos de ressignificação para a inclusão de melhores caminhos, especialmente para as mulheres.

Este fator deu início a novas mobilizações para a participação feminina em mais um espaço antes ocupado apenas por homens: os sindicatos. É válido comentar que esta luta está profundamente ligada a outras lutas por igualdade de gênero, buscando reduzir as lacunas entre homens e mulheres e promovendo a equidade de oportunidades.

As demandas específicas das mulheres geram “conhecimentos situados” e que elas são capazes não só de formular um novo olhar, como também de propor ações para mudar a realidade, reconhecendo essa diversidade e as diferenças hierárquicas nas relações sociais de gênero, raça e classe. É nesse ponto que acreditamos que as mulheres, no interior do movimento sindical, estão mais aptas ao sindicalismo de movimento social, pois convivem com essas experiências de forma intensa na sua militância sindical e feminista (Recoaro, 2020, p. 20).

Elizabeth Shuler, secretária-treasurer da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais) *apud* Recoaro (2020), destaca a importância das mulheres no sindicalismo, afirmando:

As mulheres desempenham um papel vital em nossos sindicatos e em nossa economia. Elas estão na linha de frente das lutas trabalhistas e são peças fundamentais para melhorar as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores (Recoaro, 2020, p. 20).

Os sindicatos têm sido ativos na luta por questões específicas que afetam as mulheres no local de trabalho, como a igualdade salarial e adoção de posturas combativas ao machismo, sexismo e seus frutos, como o assédio moral e sexual. De acordo com MaryBe McMillan *apud* Recoaro (2020), presidente da AFL-CIO da Carolina do Norte:

Os sindicatos são a melhor ferramenta que as mulheres têm para fechar a lacuna salarial. Os sindicatos defendem a igualdade salarial por meio de contratos coletivos que estabelecem salários e benefícios transparentes e justos para todos os trabalhadores (Recoaro, 2020, p. 21).

Além disso, os sindicatos têm promovido a participação das mulheres em cargos de liderança sindical. Mary Kay Henry, presidente do SEIU (Serviço de Empregados Internacionais), *apud* Recoaro (2020) ressalta a importância da representação das mulheres nos sindicatos, afirmando:

Quando as mulheres têm um assento à mesa, as decisões são melhores para todos os membros. As mulheres estão liderando o movimento sindical para garantir que os sindicatos sejam relevantes para o futuro e reflitam a diversidade da força de trabalho (Recoaro, 2020, p. 22).

É importante reconhecer que, embora os sindicatos tenham desempenhado um papel significativo na promoção da igualdade de gênero, ainda há trabalho a ser feito para garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e que suas preocupações sejam abordadas de forma eficaz.

Como observado por Sara Nelson, presidente da Associação Internacional de Comissários de Voo (AFA-CWA) *apud* Recoaro (2020): "As mulheres estão liderando a luta por direitos trabalhistas e justiça econômica. Precisamos de mais mulheres liderando sindicatos, e isso significa remover barreiras e garantir oportunidades iguais para todos".

Quando uma mulher ocupa um posto sindical, ela pode trazer perspectivas únicas e experiências que diferem daquelas de um homem. Essas diferenças podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo experiências de vida, socialização de gênero e percepções sobre questões específicas que afetam as mulheres no local de trabalho.

Uma das maneiras pelas quais as mulheres se diferenciam dos homens ao ocupar postos sindicais é na sua abordagem para lidar com questões relacionadas à igualdade de gênero. Mulheres sindicalistas muitas vezes estão mais sensibilizadas para questões como a discriminação no local de trabalho, a disparidade salarial de gênero e o assédio sexual, devido às suas próprias experiências pessoais ou às experiências compartilhadas por suas colegas. Além disso, as mulheres sindicalistas podem ser mais propensas a adotar abordagens colaborativas e inclusivas na negociação de contratos coletivos e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

É pertinente, neste cenário, conhecer algumas das mulheres pioneiras no sindicalismo e que foram essenciais para o processo de ruptura com a hegemonia masculina nos sindicatos e na luta por melhores condições de trabalho: 1) Dolores Huerta (1930-presente): Nascida em 1930 em uma família de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, Dolores Huerta começou sua carreira como educadora e ativista comunitária.

Em 1962, juntou-se a Cesar Chavez para fundar o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (United Farm Workers - UFW), lutando pelos direitos dos trabalhadores

agrícolas, muitos dos quais eram mulheres. Huerta organizou greves, boicotes e marchas em defesa dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho justas para os trabalhadores rurais. Ela também foi uma defensora dos direitos civis e dos direitos das mulheres, e sua liderança inspiradora tornou-a uma figura icônica no movimento sindical e nos movimentos sociais dos Estados Unidos;

2) Rose Schneiderman (1882-1972): Rose Schneiderman foi uma líder sindicalista e ativista dos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Ela desempenhou um papel importante na organização do Sindicato Internacional de Mulheres de Vestuário (International Ladies' Garment Workers' Union - ILGWU) e foi uma defensora apaixonada das trabalhadoras da indústria têxtil, lutando por melhores salários, condições de trabalho e direitos trabalhistas;

3) Emma Goldman (1869-1940): Embora mais conhecida por seu ativismo político e anarquista, Emma Goldman também foi uma defensora dos direitos das trabalhadoras. Ela esteve envolvida em várias lutas sindicais e ajudou a organizar greves de trabalhadores, defendendo não apenas a libertação das mulheres, mas também a emancipação de todos os trabalhadores.

Nascida em 1869 na Rússia, Emma Goldman emigrou para os Estados Unidos em 1885, onde se tornou uma das mais proeminentes anarquistas e ativistas políticas do século XX. Ela foi uma crítica feroz do capitalismo, do patriarcado e das instituições autoritárias, e defendeu uma variedade de causas, incluindo o direito das mulheres ao controle sobre seus corpos e suas vidas. Goldman esteve envolvida em várias lutas sindicais, incluindo a greve das operárias de Lawrence em 1912, e defendeu a importância da organização dos trabalhadores como meio de resistência ao sistema capitalista;

4) Elizabeth Gurley Flynn (1890-1964): Conhecida como "A Rosa Vermelha de Montana", Elizabeth Gurley Flynn foi uma sindicalista radical e ativista socialista nos Estados Unidos;

Ela foi uma das líderes proeminentes do Industrial Workers of the World (IWW) e defendeu os direitos dos trabalhadores, incluindo as mulheres, em uma variedade de setores industriais;

5) Jayaben Desai (1933-2010): Nascida em 1933 na Índia britânica, Jayaben Desai emigrou para o Reino Unido em 1967. Ela trabalhou em uma fábrica de processamento de filmes fotográficos em Londres, onde liderou uma greve histórica

de trabalhadores em protesto contra condições de trabalho precárias, baixos salários e discriminação racial e de gênero.

A greve de Grunwick, liderada por Desai em 1976-1978, atraiu atenção nacional e internacional e tornou-se um símbolo de resistência e solidariedade dentro do movimento sindical britânico. Desai continuou sua luta pelos direitos dos trabalhadores e pelos direitos das mulheres até sua morte em 2010.

Conforme Recoaro (2020), essas mulheres sindicalistas deixaram um legado duradouro de ativismo e resistência, inspirando gerações futuras a continuarem lutando por justiça social, igualdade de gênero e direitos trabalhistas. É igualmente importante fazer menção a outras mulheres que, mesmo não sendo diretamente ligadas ao movimento sindicalista, endossaram a concepção da ampliação de espaços voltados às lideranças femininas, são elas:

Simone de Beauvoir (1908-1986): Como uma das principais figuras do existencialismo e do feminismo, Beauvoir argumentou em sua obra *O Segundo Sexo* que as mulheres são frequentemente definidas em relação aos homens e subjugadas pela sociedade patriarcal. Ela defendeu a necessidade de reconhecer as experiências das mulheres como autônomas e igualmente válidas, o que certamente se aplica ao contexto sindical.

Bell Hooks (1952-2021): A autora e ativista Bell Hooks explorou as interseções entre raça, classe e gênero em sua obra, destacando a importância de uma abordagem interseccional para entender as experiências das mulheres. Ela argumentou que as mulheres, especialmente as mulheres negras e de outras minorias, enfrentam formas únicas de opressão que devem ser reconhecidas e abordadas nas lutas por justiça social, incluindo no movimento sindical.

Judith Butler (1956-presente): Como uma das principais teóricas do feminismo queer, Butler questionou as noções binárias de gênero e defendeu uma compreensão mais fluida e performativa da identidade de gênero. Suas ideias desafiam as normas tradicionais de masculinidade e feminilidade, abrindo espaço para uma maior diversidade de experiências e perspectivas dentro dos sindicatos e em outras esferas sociais

Nancy Fraser (1947-presente): Fraser é conhecida por seu trabalho sobre justiça social e teoria feminista, onde ela destacou a importância de reconhecer e combater as formas de opressão que afetam as mulheres, incluindo no local de

trabalho. Ela argumentou que o feminismo deve estar integrado à luta mais ampla por igualdade e justiça social, o que implica a necessidade de sindicatos e outras organizações trabalhistas abordarem questões de gênero de forma significativa.

Essas são apenas alguns exemplos de pensadores cujas ideias podem ser aplicadas para validar o raciocínio sobre as diferenças entre homens e mulheres em contextos sindicais e na luta por igualdade de gênero. Suas obras fornecem insights importantes sobre como entender e abordar as questões de gênero dentro do movimento trabalhista e além. Suas vidas e suas lutas são um testemunho do poder da solidariedade e da determinação na busca por um mundo mais justo e equitativo.

1.2 A VOZ FORTE: A PRESENÇA FEMININA NO CENÁRIO SINDICALISTA DO BRASIL

No Brasil, a ascensão das mulheres no sindicalismo acompanha os movimentos do século XX, em meio a uma série de violações trabalhistas sofridas durante o processo da industrialização têxtil instalada no país. Em virtude da duplicidade de exploração – gênero e classe – sofrida pelas mulheres, o fardo carregado sempre representa desvantagem em relação aos homens, levando a mobilizações lideradas por mulheres em todo o país.

Em 1903, no Rio de Janeiro, ocorreu a primeira e grande greve encabeçada por mulheres, em defesa de uma operária que havia sido demitida após o retorno de sua licença maternidade. Em relato de Fausto (1983, p. 155) *apud* Costa (2014), a demissão foi proferida pelo próprio patrão, que cometeu o abuso contra a funcionária, sendo este o pai da criança.

Os estados da Bahia e São Paulo foram palcos de protestos femininos em 1917, por mulheres da indústria têxtil e em 1918, em protestos liderados por professoras municipais.

A capacidade organizativa das mulheres foi capaz de feitos extremamente relevantes para o sindicalismo brasileiro, como por exemplo a mobilização de mulheres em 1919, que culminou na formação do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia.

A literatura sobre o tema mostra que, apesar da mobilização feminina, a histografia da ocupação das mulheres nos sindicatos fora, em partes, perdida e invalidada. Autoras como Costa (2014) versam que esta ausência de cuidados para

com a preservação deste pedaço da história é um reflexo remanescente do machismo no meio operário, como se todos os trabalhadores fossem apenas homens.

Durante muito tempo, as mulheres e outras minorias não foram vistas pela produção teórica, em especial na Ciência Política, na História e na Sociologia. Uma das consequências dessa invisibilidade feminina foi a criação do mito de que as mulheres não participam na vida política, nas lutas sindicais e nas esferas do poder (Costa, 2014).

Conforme mencionado, a década de 1970 representa uma época de ruptura com os padrões androcêntricos da sociedade e assim ressurgiram diversos estudos que tinham como pauta a ressignificação do papel feminino nas esferas populares e desta tendência, o Brasil não ficou de fora.

Produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. Notavelmente, quando o movimento feminista expôs preconceitos na composição e currículos, muitos desses trabalhos esquecidos e ignorados foram redescobertos (Hooks, 2019, p. 42).

Com seus grupos feministas de estudo, iniciou-se um processo de validação da visibilidade da mulher enquanto ser político, enfatizando as lutas femininas travadas em meio ao fortalecimento da classe trabalhadora. Todos estes estudos convergiam para três pontos-chave a serem destrinchados para compreender a ocupação política das mulheres, são eles:

- a) desconstruir o mito da não participação feminina;
- b) dar visibilidade à atuação feminina a partir de uma redefinição do conceito de participação política e da sua recuperação histórica;
- c) transformar as práticas sexistas e excludentes dominantes nas estruturas de participação política;
- d) criar mecanismos de incorporação feminina às esferas de decisão na sociedade (Costa, 2014).

Em meio a este processo de transformação social, a figura feminina passou a ser vista e ouvida e, a partir disso, tratada como sujeito político e diante de tal cenário, o movimento sindical acompanhou tal tendência, buscando não tornar-se alheio diante da nova demanda que se descortinava. Para Cappellin (1994, p. 292), os sindicatos passaram a contemplar as mulheres pois:

[...] aparecem para a sociedade como sujeito coletivo, produtor e catalisador de uma imagem social dos trabalhadores, mobilizador de anseios por

mudanças, formador de demandas, constituindo-se como negociador junto a outros atores sociais [...]

Soma-se a este fato uma maior participação das mulheres na força de trabalho, em especial na indústria. Tal fato é atribuído à perda de poder aquisitivo das famílias, urgindo a necessidade de complemento de orçamento. Dentre os setores que mais passaram a integrar mulheres, destaca-se o mecânico e o eletrônico, uma vez que tais setores demandavam habilidades manuais (antes consideradas estritamente femininas). Além deste aspecto, outro fator contribuinte foi a mudança na sistematização do trabalho, abrindo espaços para tarefas menos complexas.



Esta inserção das mulheres no mercado de trabalho trouxe consigo um aumento no quantitativo de mulheres que compunham sindicatos e entre os anos de 1970 e 1978 a participação feminina alcançou a impressionante marca de 176% de aumento, considerada um marco, inclusive sendo superior à porcentagem de homens, que no mesmo período de tempo, cresceu 87%. No ano de 1979, houve o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, ocorrido em São Paulo. A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes em condições precárias e com salários inferiores aos dos homens, impulsionou a busca por organização e representação. Os sindicatos, como espaços de luta por direitos trabalhistas, tornaram-se um terreno fértil para a mobilização feminina.

A participação sindical permitiu que as mulheres construíssem novas identidades, superando estereótipos de gênero e assumindo um papel ativo na transformação da sociedade.

A criação de espaços de discussão e de luta específicos para as mulheres, como o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica em 1979, foi fundamental nesse processo.

Figura 1: Caderno *Fala, Companheira!*

Fonte: Distribuído no Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, ocorrido em São Paulo (1979).

Figura 2: Charges do *Fala, Companheira!* À época, já se buscava denunciar situações machistas. O material buscou fornecer discernimento às mulheres para reconhecer contextos sexistas e denunciá-los ao sindicato.



Mulher Metalúrgica, ocorrido em São Paulo (1979).

Fonte :
Distribuído no Primeiro Congresso da

Figura 3: Charges do *Fala, Companheira!* À época, já se buscava denunciar situações machistas. O material buscou fornecer discernimento às mulheres para reconhecer contextos sexistas e denunciá-los ao sindicato (continuação).



Fonte:

Distribuído no Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica, ocorrido em São Paulo (1979).

Analisando as figuras acima sob a ótica da Análise do Discurso, recorre-se a Orlandi (2006) para subsidiar a concepção de que a língua não pode ser limitada à mera transmissão de informação, uma vez que a linguagem estabelece relações entre os sujeitos atingidos pela língua e pelo contexto histórico, sendo assim constituído um complexo processo de constituição dos sujeitos em questão e da produção de sentidos.

Para Pêcheux (1997), ele "assujeitado" pelas formações discursivas, ou seja, submetido a determinadas posições e identidades. Orlandi (2006) complementa este raciocínio afirmando que a forma-sujeito é a posição que o sujeito ocupa em um determinado discurso. Ela é determinada pelas condições de produção do discurso e pelas relações de poder que o atravessam.

Neste caso, os quadrinhos apresentados mostram que há um ambiente opressor que atua de forma a invalidar a mulher a todo momento, uma vez que os homens consideram o ambiente trabalhista como um território majoritariamente masculino, condicionando as mulheres a tarefas de cuidados, como identificado na fala “ – Ô, Maria, Vai fazer um café pro pessoal!!”.

Ou seja, caberia à mulher aceitar a designação e, mesmo tão capacitada quanto um homem, poderia condicionar-se a tal situação. Tal fato é explicado por Orlandi (2007) quando este afirmou que mesmo as palavras mais simples do dia a dia já chegam aos receptores cheias de sentido que nós não sabemos como foram construídos, entretanto, possuem significados para nós ainda que não concordemos com ele.

É pertinente trazer a consideração de que as organizações sindicais possuem fortes discursos embasados na equidade e na autonomia, e ainda que tenham sido frutos das dedicações masculinas e femininas, os debates sobre o campo trabalhista tomaram vieses quase que exclusivamente machistas, feito por homens e para homens e tal estrutura perdurou por décadas até que a inserção da mulher no sindicalismo fosse introduzida. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (2015), no ano de 2014, um levantamento realizado na Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostrou que a presença feminina ainda era escassa.

Apesar disso, a participação de mulheres em posições deliberativas nos espaços sindicais e a influência do feminismo entre elas têm contribuído gradualmente para superação das desigualdades de gênero e raça, assim como constituído protagonismo diferenciado, notável por sua capacidade e luta interseccional (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, 2016).

A participação feminina no movimento sindical no Brasil começou a ganhar força apenas 100 anos após o mesmo movimento ocorrer na Europa, durante o auge da primeira República. Conforme Pinto (2020), não há uma data específica de institucionalização do movimento sindical no Brasil, entretanto, versa Segatto (2010) que durante os anos de 1930 e 1945, lançaram-se os primeiros protótipos de movimento sindical a partir da realização de uma assembleia trabalhista. A atuação feminina nos sindicatos não possui feitos apenas nas lutas sindicais, mas também na proposição de diálogos sobre a manutenção dos direitos das mulheres.

Tem-se como exemplo de militância a sindicalista e advogada Almerinda Farias Gama, mulher negra que em 1934 ocupou a Assembleia Nacional Constituinte, sendo a única mulher a ocupar um cargo na delegação enquanto presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos no Rio de Janeiro, berço de diversas lutas e mobilizações femininas.

Sua trajetória evidencia a importância da interseção com outras dimensões da identidade, como raça e classe social. Sendo uma mulher negra, ela enfrentou desafios adicionais em uma sociedade marcada por racismo e machismo.

Almerinda Gama tornou visível a luta das mulheres negras por direitos e igualdade, desafiando a narrativa hegemônica que muitas vezes exclui as experiências das mulheres negras

Figura 4: Almerinda Farias Gama



Fonte: Rádio

EBC

(2023).

Outras mulheres merecem ser celebradas pelos seus feitos em prol do fortalecimento da participação feminina no movimento sindical brasileiro. Abre-se espaço neste escrito para fazer menção a estas figuras que foram tão emblemáticas e essenciais para o fortalecimento da voz feminina:

Elvira Boni Lacerda (1889-1990): Natural de São Paulo, Elvira não concluiu seus estudos e aos 12 anos, exercia o ofício de aprendiz em uma oficina de costura, sem receber salário e submetida a uma carga horária de 14 horas diárias. De família liberal e filha de pai anarquista, Elvira passou a ser membro da Liga Anticlerical, na qual iniciou sua jornada sindicalista.

Em 1919, fundou a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que à época, denunciava as cargas horárias exaustivas, os baixos salários e a situação precária das trabalhadoras e 3 meses após a fundação do movimento, as mulheres instauraram uma greve na categoria. Seu nome ainda é lembrado como uma das pioneiras a enfrentar, ao mesmo tempo, dois sistemas que se retroalimentam: o machismo e o capitalismo, deixando seu legado para sempre no movimento sindical.

Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991): Mineira e filha de ex escravos alforriados, iniciou-se no trabalho muito cedo, aos 7 anos, como doméstica. Sua participação em movimentos populares em prol do povo negro e trabalhador, sendo a fundadora da Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil, que fora fechada durante o governo de Getúlio Vargas. Laudelina chegou a se alistar para servir na guerra, pois queria contribuir para a derrota de Hitler que, conforme ela mesma: “foi o maior carrasco que existia naquela época”. [...] ele eliminaria todas as raças que não fossem arianas, principalmente a raça negra seria eliminada”.

No ano de 1961, Laudelina fundou a Associação Profissional Beneficente de Empregadas Domésticas em Campinas (SP), sendo posteriormente convidada para integrar diversos sindicatos pelo Brasil e durante os anos de Ditadura, foi acolhida pela UDN (União Democrática Nacional) que tornou-se sindicato em 1988. Ao falecer em 1991, sua casa foi deixada para ser a sede do sindicato.

Júlia Santiago: Pernambucana, foi a fundadora do Sindicato da Fiação e Tecelagem de Pernambuco, propondo tempos diferentes de aposentadorias para homens e mulheres. Foi presa diversas vezes, participou de vários interrogatórios e teve seu salário apreendido por conta de seu ativismo.

Outro momento importante para o fortalecimento do movimento sindical se deu entre os mandatos de João Goulart e Jânio Quadros, quando houve aumento do movimento sindical e também das greves dos trabalhadores por melhores condições.

Em 1964, com a instauração do Golpe Militar, o movimento sindical fora amordaçado à força e sua voz fora retirada, visto que o cenário político tornava-se hostil para todo e qualquer movimento contrário à Ditadura. Neste contexto, outro

debate havia sido iniciado: a divisão do trabalho doméstico e os cuidados domésticos/com a família.

A partir de então, ambos os papéis sociais passaram a ser discutidos não mais separadamente, mas sim, unificando-se em “movimentos de mulheres trabalhadoras”, exprimindo o interesse de unir papéis sociais que foram considerados por muito tempo como opositivos (Cappellin, 1994).

Os sindicalistas passaram a ser vistos como indivíduos ameaçadores e mais de 100 líderes sindicais foram levados à prisão e além disso, as manifestações sindicais foram violentamente reprimidas. Conforme Braga e Santana (2009), o movimento sindical à época, apesar de não ter sido completamente extinto, pouco estava interessado em contemplar os interesses dos trabalhadores e assim tornaram-se meios de alcance dos interesses dos mais privilegiados.

Conforme as leituras para a elaboração desta pesquisa foram aprofundadas, constata-se que a história do movimento sindical possui forte relação com a Sociologia do Trabalho, fator este que auxiliou no despontamento de estudos sobre classes sociais e mais-valia. Entretanto, são raros os estudos sobre a movimentação feminina nestes espaços.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, enfatiza-se o documento intitulado Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, cuja redação aportava-se na eliminação de práticas e falas discriminatórias contra mulheres, buscando também assegurar o direito do exercício da cidadania feminina, que contemplava o “reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos [...] na defesa dos interesses coletivos”. De acordo com Valverde (2014, p. 42), almejava-se também cumprir com o princípio da isonomia em relação aos direitos trabalhistas e à sindicalização.

Um ano antes, em 1986, as mulheres passaram a se organizar na Central Única dos Trabalhadores (CUT), diante das demandas que circundavam o trabalho da mulher, dentre os resultados desta ação, destaca-se a campanha Creche para Todos. Desta campanha, surgiu o Dia Nacional de Luta por Creche, escolhido pela CUT para ser rememorado dia 12 de outubro.

A data fora instituída durante o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora, em 1988, mostrando que à época, houve o fortalecimento do estímulo à participação das mulheres nas lutas da classe trabalhadora.

Ainda em 1986, houve uma nova mudança favorável às mulheres: a criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora (CQMT), mais tarde transformada na

“Comissão Nacional (CNMT) no início dos anos de 1990 e na Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora em 2003 – órgão interno à CUT e de abrangência nacional” (Batista, 2016). A CQMT proporcionou a oportunidade de uma articulação a nível nacional de diversas mulheres sindicalistas, cujas atuações antes eram apenas locais. Tamanha foi a proporção do movimento que permitiu que as lutas das mulheres fossem incluídas nas lutas gerais dos trabalhadores.

De acordo com Kanan (2010), o movimento sindical feminino formou-se devido a fatores relacionados à nova estruturação do trabalho e novo modelo da sociedade, que trouxe consigo mudanças como: I) redução da taxa de fecundidade; II) aumento do nível de instrução das mulheres e III) aumento das mulheres como chefes de família. Estes fatores em muito influenciaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que conduziu a um aumento das mulheres nos sindicatos.

Estudos como os de Oliveira *et al.* (2021), mostram que durante as décadas de 1930 a 1970 os estudos sobre a participação das mulheres eram raros e apenas após o surgimento de grupos feministas, as esferas social, política, acadêmica e institucional passaram a reformular suas estruturas conforme a pauta de gênero. Um exemplo desta ressignificação é o Ano Internacional da Mulher, instituído em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Soma-se a esta mobilização a importância dos movimentos sociais que surgiam nas cidades, dentro do cenário de transformação do papel da mulher na sociedade. Ressalta-se que tais movimentos originaram-se nos relatos, dores e vivências de pessoas periféricas, que buscavam o amparo do Estado para suprir suas necessidades.

Forjados a partir de reivindicações de direitos básicos, estes movimentos tinham como premissa a resolução de questões cotidianas como melhorias das condições de vida. Em 1993, foi aprovada, durante a 6ª Plenária da CUT, a cota mínima de 30% para cargos diretivos a serem ocupados por mulheres, trazendo uma nova pauta para debates: a representação feminina nos cargos diretivos da referida instituição.

Hoje a legitimidade das quotas nas direções se apoia na vontade de democratizar a integração. Isto é, aceitar a diferença do exercício de poder entre homens e mulheres. Em 1993 as trabalhadoras cutistas, apoiadas pelo reconhecimento das quotas no Partido dos Trabalhadores em 1991, exigem a ampliação deste princípio na construção democrática com o objetivo de frear a disparidade entre os sexos no trabalho de representação sindical. O projeto de igualdade está assim reiterado (Capellin, 1994).

1.3 SINDICALISMO NO NORDESTE: O CEARÁ NA LUTA

Sendo um espaço majoritariamente masculino, os sindicatos são relatados por Castro (1994) *apud* Mota (2009) como territórios de pungente exclusão das mulheres e afastamento das mesmas das possibilidades de integração às relações de poder. Tal processo exclusivo serviu, durante anos, para sustentar a narrativa de que as mulheres pouco conheciam sobre cargos de confiança, política, poder e diplomacia, ideia esta que embasou a justificativa para a ausência de líderes femininas nos sindicatos. Esta exclusão tornou-se parte de um mecanismo de afastamento das mulheres que galgavam cargos de liderança que tratam de tomadas de decisões, representatividade e atendimento de demandas essencialmente femininas.

Em muitos momentos da história da ocupação sindical feminina, as particularidades pertinentes à ala eram consideradas meras “coisas de mulher”, ou seja, questões que podiam ser deixadas para depois, não sendo incluídas nas estruturas constitutivas dos movimentos sindicais. Mota (2009) traz em sua pesquisa a fala da diretora da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), que afirma qual deve ser o papel de uma mulher ao ocupar um cargo de poder e por que o combate ao machismo estruturado deve ser constante:

... a preocupação que a gente tem quando assume uma secretaria específica, por exemplo, de Mulheres ou então de Política Agrária, Finanças ou Previdência Social, é a gente não esquecer que a gente tá representando as mulheres, não se isolar no seu tema, na sua secretaria específica, porque muitas vezes, acontece isso demais.

Sob a ótica da Análise do Discurso proposta por Pêcheux (1997), a fala da dirigente mostra que o simples fato de alguém nascer mulher a coloca em um campo minado de ambiguidades, ou seja, ou opta-se por dedicar-se às causas femininas ou segue-se o caminho já estabelecido pelos homens.

Entretanto, mudar os paradigmas e perceber a mulher enquanto sujeito político dentro do movimento sindical é sinônimo de arejar ideias e abrir caminhos para a chegada de novas concepções, levando os indivíduos a pensar em novas formas de fazer política incluindo a ala feminina, que traz consigo um rol de vivências e experiências, em outras palavras, reinventando as estruturas preestabelecidas para caber os anseios das mulheres.

Trabalhar a possibilidade de ter a presença feminina nos altos escalões dos sindicatos é um processo que requer cuidado, delicadeza, esmero e resiliência,

buscando assim viabilizar a participação feminina nos sindicatos. Apesar de haver avanços na pauta, ainda perduram os questionamentos e reflexões sobre os limites e possibilidades da inclusão – se é que há algum limite a ser colocado.

Tais indagações acabam por concretizar as experiências e práticas políticas das mulheres no rol do sindicalismo no Ceará, que revelam uma teia de histórias e vivências mescladas a elementos de subjetividade, da vida privada e também à adoção de práticas como as cotas para nomeações de mulheres. Estes tópicos revelam a ocupação de mulheres no movimento sindical e suas interlocuções.

A história da ocupação feminina nos movimentos sindicais no Ceará está profundamente ligado a uma mulher em especial: Rosa da Fonseca, figura emblemática e fundamental para a compreensão da historiografia de como as mulheres alcançaram cargos antes dominados por homens.

No Ceará, a partir de 1975, Rosa colaborou na reorganização do APEOC, (Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará) do CNTE, (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) do SINTECE, (Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará) e do SINDIUTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará) (Gomes, 2013, p. 64).

Durante os anos de 1971 a 1973, Rosa estivera presa, detida na 10ª Circunscrição Judiciária Militar de Fortaleza. Neste último ano, de sua soltura, Rosa volta a Quixadá, sua terra e lá, aceita receber os casal de professores Célia Zanetti e Jorge Paiva, em caráter de clandestinidade, a fim de articular novas ações contra o regime imposto pelos militares.

Entre 1974 e 1975, ela percorreria diversos nichos, dentre eles os sindicatos, introjetando sua presença e suas ideias. Em paralelo, no ano de 1976 Rosa inicia sua entrada no feminismo, a partir da criação do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (MPFA), que arrebanhou, ao longo de três anos, diversas mulheres para a ocupação de cargos na militância política

O Movimento Feminino Pela Anistia aqui teve uma característica bem mais ampla por estratégia nossa. Era o movimento feminino pela anistia e pelos direitos humanos. Porque o povo estava no movimento feminino pela anistia apoiando a greve das operárias lá em Crateús, apoiando os trabalhadores da Várzea do Tauá que estavam numa luta, denunciando o assassinato do vigia lá em Juazeiro pelo coronel Aduauto Bezerra. Aí foi assumindo essa característica bem mais ampla (Rosa da Fonseca, entrevista concedida em 11.08.2015)⁴

⁴ RAMKRAPES, Carolina. **Histórias do Movimento Feminista no Ceará: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele**, 2017.

Em 1988, Rosa assumiu a liderança no movimento sindical, a partir da greve dos operários da Tecnor, empresa de metalúrgica localizada, à época, na Avenida Francisco Sá (Gomes, 2013, p. 63). A criação do MPFA ganhou notoriedade e, a partir de suas lutas, as ideias dos direitos das mulheres passaram a ganhar mais visibilidade em meio ao movimento sindical e a partir da década de 1990 o Movimento passou a questionar a ausência feminina nos processos do Estado.

Essas conquistas vão desde a abertura de um espaço para abordagem séria dos problemas da mulher, até as questões trabalhistas, sindicais, culturais, sociais, artísticas, psicológicas, sexuais e criminais, como é o caso do posicionamento da entidade com apoio objetivo às mulheres vítimas da violência sexual.⁵

Em 1995, o sindicalismo passaria por mais mudanças em relação à inclusão da mulher, desta vez, o movimento sindicalista rural reconheceu a importância da participação feminina, quando “sistemática e organizadamente (procederam) a ocupação dos espaços nas instâncias de decisão do Movimento Sindical, não apenas enquanto dirigentes sindicais, mas enquanto mulheres comprometidas com as bandeiras específicas das mulheres”⁶.

A oficialização da participação feminina mostra uma trajetória que fora ocorrendo gradualmente e após 1995, o termo *trabalhadoras* passou a ser utilizado com mais frequência, sendo uma expressão também mais frequente nos discursos oficiais do movimento sindical, demonstrando que agora as mulheres eram sujeitos ativos no sindicalismo, abrindo premissas para a ocupação delas em cargos de poder. Trazendo este cenário para o Ceará, no ano de 1998, durante o Congresso da Federação Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará (Fetraece), pela primeira vez a palavra *trabalhadoras* ganhou destaque ao ser incluída para designar o evento.

Durante a terceira edição do mesmo congresso, em meio à disputa pelos cargos diretores, as duas chapas concorrentes firmaram compromisso com o movimento feminino para legitimar a categoria das trabalhadoras. Ambas as chapas apresentaram propostas para amparar as reivindicações e lutas das trabalhadoras rurais (Mota, 2009, p. 3).

A Fetraece, aprovou cotas mínimas de participação para as mulheres de 30% em todas as instâncias de deliberação e direção da estrutura sindical no

⁵ Diário do Nordeste, 16/04/1983: “Mulheres realizam as eleições para a UMC

⁶ Trecho da ata da reunião da Comissão Nacional das mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG – CNMTR, 1996.

Estado, e 50% para os cursos de capacitação e formação, desde 1998, para a preparação do Congresso Estadual, realizado nos dias 13 a 15 de novembro de 1998, em Fortaleza (Mota, 2009, p. 7).

Os debates sobre estas cotas iniciaram-se ainda em 1991 durante o 5º Congresso Nacional da Contag, no qual fora aprovada a cota de 30% para mulheres e na sexta edição do mesmo evento este mesmo percentual foi aprovado e, além disso, criou-se a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais e houve também um feito inédito: a Coordenadora eleita possuiria uma assessoria para dar seguimento às atividades pertinentes à mobilização e organização das reivindicações das trabalhadoras rurais (Mota, 2009, p. 9).

O crescimento de grupos de mulheres e o aparecimento de lideranças no Ceará têm reafirmado o aprendizado das mulheres. Ao participar do campo político elas percebem que é preciso entrar no jogo, e jogar é tratar com o imprevisível, o novo, o desconhecido. Não existe um modelo pronto para estabelecer uma negociação; é preciso saber tratar com o inesperado, é desenvolver um pensar intempestivo, que dê vazão à criatividade, à espontaneidade (Sales, 2009, p. 439).

Sales (2007, p. 439) explica com a citação acima que vivenciar a política enquanto mulher é um descortinar de desafios, que podem ser superados a partir de narrativas afirmativas, conforme analisou-se no capítulo a seguir.

2 CONSTRUINDO NARRATIVAS E ROMPENDO BARREIRAS: O VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO NA VALIDAÇÃO DOS DIZERES FEMININOS

Nessa seção, discutimos sobre a concepção da Análise do Discurso e do gênero como construção discursiva. Dessa forma, construímos o arcabouço teórico que fundamentará a pesquisa para atingir seus objetivos. É fato que muito se caminhou rumo às conquistas femininas e obtenção de direitos de ocupação de espaços por

mulheres e muito já se falou sobre a figura feminina em meio aos processos de luta na sociedade e no movimento sindical.

Na primeira fase da AD, marcada por uma influência estruturalista, Pêcheux (1997) propõe a metáfora da "máquina discursiva" para compreender o funcionamento do discurso. Essa máquina, segundo o autor, representa um sistema fechado e autodeterminado, no qual os indivíduos são vistos como meros "servos" ou "suportes" de um sistema linguístico preexistente. Acerca desta interpelação do indivíduo, Pêcheux (1995) afirma que:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto "pré-construído" e "discurso de sustentação") que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 1995, p. 163).

Assim, são características da Máquina Discursiva:

- Sujeito-estrutura: O sujeito é definido como um produto da estrutura linguística, não como um agente autônomo.
- Determinação: A produção do discurso é vista como um processo mecânico e pré-determinado pelas regras da língua.
- Estrutura fechada: A máquina discursiva opera de forma independente do contexto social e histórico

Limitações da Máquina Discursiva:

- Visão limitada do sujeito: A metáfora da máquina discursiva ignora a agência e a subjetividade do indivíduo na produção do discurso.
- Desconsideração do contexto: A análise se concentra na estrutura linguística, negligenciando os fatores sociais e históricos que influenciam o discurso.
- Visão estática da linguagem: A linguagem é vista como um sistema fixo e imutável, sem considerar as dinâmicas e as transformações que ela sofre ao longo do tempo

Na segunda fase da AD, Pêcheux abandona a metáfora da máquina discursiva e propõe o conceito de "formação discursiva" (FD), a FD se define como um conjunto

de regras e práticas discursivas que operam em um determinado contexto social e histórico, moldando a produção e a circulação do discurso.

Agora, é o momento de refletir sobre a representação do pensamento masculino, externado através de falas e comportamentos. Em geral, a imagem masculina é construída com termos que remetem à virilidade, força, lógica, objetividade, omissão das próprias fraquezas e seguranças e sanha por poder, a fim de “reafirmar” seu papel perante os demais.

Para esta análise, recorre-se à Pêcheux (2009) e sua teoria de Análise do Discurso para destrinchar o imaginário masculino e compreender como as relações de poder, em especial as sexistas, se consolidam através de narrativas e ideologias.

Sobre ideologias, versa Pêcheux que “1) só há prática através de e sob a ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito⁷ e para sujeitos” (Pêcheux, 2009, p. 135)”. Em outras palavras, é necessário compreender que aqui falamos de sujeitos, ou seja, aquele que assume posição de sujeito no discurso, sendo, como versa Pêcheux (2009), absorvido por uma ideia de normalização, tecendo uma teia de significados conforme a ideologia⁸ vigente. De acordo com Indursky (2009, p. 8):

[...] esta teoria não é um corpo doutrinário cristalizado e estanque. Ao contrário. Trata-se de um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente. Esta é uma das características mais marcantes deste quadro teórico: questionar as diferentes teorias e questionar-se a si própria, sem acomodação.

Elaborada para analisar discursos políticos, a Análise do Discurso passou a centralizar seu tema de pesquisa nos sujeitos, pois sem eles, não há discurso e necessitamos dele para compreender a dinâmica entre os sujeitos homem e mulher nos espaços sindicais, identificando o que é reproduzido por todos os sujeitos envolvidos, buscando entender, inclusive, qual o lugar de cada sujeito na sociedade e como este lugar se legitima. O aporte teórico desta pesquisa tem suas bases fincadas

⁷ Sujeito histórico e social, marcado pelas relações de poder e pelas ideologias dominantes (Grifo da autora, 2024).

⁸ Para Pêcheux, a ideologia não é uma simples doutrina, mas sim um processo complexo e dinâmico que molda a nossa forma de pensar e agir. Ela se materializa nas formações discursivas e produz sujeitos que ocupam determinadas posições sociais (Grifo da autora, 2024).

nos discursos sobre gênero alimentados na estrutura social, isto é, contempla também as mudanças ocorridas sobre a visão atribuída à mulher.

Pierre Bourdieu (1998), destaca, em meio a este contexto, a mudança da figura masculina, pesquisas são necessária para entender os discursos sobre a figura masculina, visto que “uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais”.

A Análise do Discurso nasce dos diálogos entre o materialismo histórico, a Linguística e a Psicanálise, que tem como objetos de estudo o discurso e o sujeito interpelado pela ideologia. Assim, conforme Orlandi (2012, p. 12), a Análise do Discurso vislumbra a linguagem enquanto mediação importante entre o homem e a realidade que o cerca. A esta mediação, dá-se o nome de discurso, que valida a “permanência, e continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção humana” (Orlandi 2012, p. 12).

É pertinente, neste momento, discorrer sobre o conceito de linguagem, fornecido por Bakhtin (1997). A linguagem configura-se como uma das mais importantes ferramentas para o desenvolvimento cognitivo humano, elaborada a partir da necessidade de fornecer ao homem os meios para dominar seus comportamentos e instintos e sobre a realidade que o cerca.

À luz de Bakhtin (1997, p. 113), através da língua, é possível a comunicação e detenção das habilidades cognitivas que confere ao ser humano um patamar intelectual que permite ser distinto do comportamento animal. Desta forma, a linguagem é compreendida como um caminho para a humanização do indivíduo. Tal afirmação é amparada pela máxima de Bakhtin (1997, p. 113): "A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor".

A linguagem surgiu a partir de uma necessidade de atribuir reconhecimento às ações humanas, para compreendê-las e registrá-las, visto que elas “mudam o ambiente de modo que a vida mental humana é um produto das atividades continuamente renovadas que se manifestam na prática social” (Luria, 2002, p. 23). A linguagem é oriunda da tentativa humana de reproduzir os sons da Natureza, em uma tentativa de estabelecer relações com os grupos sociais para a sobrevivência.

Após este fato, surgiram os significados e os signos, utilizados para a compreensão de conceitos abstratos, neste contexto, é pertinente explicar o que é o signo, que consiste na referência a uma ideia ou objeto e o significado é o uso destes signos para estabelecer uma linguagem (Saussure, 1997).

Bordenave (1982, p. 24) afirma que, “a atribuição de significados a determinados signos é precisamente a base da comunicação em geral e da linguagem em particular”.

Nós, desde pequenos, vamos nos apoderando da linguagem. A entonação, aí, exerce um papel importantíssimo: frequentemente ela representa a nossa opinião sobre aquilo que dizemos; por exemplo, podemos dizer “que bonito!” indicando nossa admiração, nosso repúdio ou mesmo nossa indiferença, dependendo da entonação (Faraco, 2009, p. 21).

Segundo Pêcheux (2009), o discurso não é apenas uma transmissão de informações neutras, mas sim um campo de lutas simbólicas onde diferentes posições ideológicas e sociais se confrontam e se articulam. Nesse sentido, a linguagem desempenha um papel central na Análise do Discurso, uma vez que é por meio dela que os discursos são construídos, disseminados e interpretados. A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de poder, influenciando a forma como percebemos o mundo e nos relacionamos com ele.

A Análise Francesa do Discurso examina como o discurso é usado para construir significados e relações de poder na sociedade, pode ser extremamente útil ao abordar o tema da participação das mulheres em sindicatos e na luta por igualdade de gênero. Na AD, a resistência é um movimento que se contrapõe à censura e suas tentativas de silenciar dizeres, sujeitos e identidades.

A partir disso, o sujeito é subjetivado na contramão do imposto pela ideologia da classe dominante. Para Foucault (1988), o movimento de resistência é consequência das relações de poder, levando o sujeito a uma autossubjetivação.

Assim, estabelece-se relação entre a análise do discurso e a ocupação feminina em cargos sindicais sob alguns vieses, a saber:

- 1) Análise do discurso dominante: A análise francesa do discurso pode ser usada para examinar o discurso dominante em torno das mulheres no movimento sindical e na política. Isso inclui a identificação de narrativas e discursos que reforçam estereótipos de gênero, perpetuam a subordinação das mulheres e minimizam suas contribuições para a luta trabalhista. Para aplicar a análise do discurso de Pêcheux (1988) à reprodução de falas machistas, podemos utilizar sua abordagem para desvelar como essas expressões linguísticas são construídas e

sustentadas ideologicamente. Além disso, podemos examinar como elas contribuem para a reprodução e naturalização de discursos de dominação masculina sobre as mulheres.

No quadro a seguir, resumimos os processos de inscrição do sujeito em determinadas FDs (Quadro 04) mediante sua identificação, contraidentificação e desidentificação ao discurso dominante, considerando as posições-sujeito ocupadas. Destaca-se alguns pontos-chave da análise de Pêcheux (1997), aplicando-os a exemplos de falas machistas:

Quadro 1: Pontos da análise do discurso dominante de Pêcheux (1997).

<p>Análise do interdiscurso:</p> <p>Pêcheux sugere que todo discurso é atravessado por outros discursos já existentes na sociedade. No caso das falas machistas, podemos observar como estão enraizadas em discursos históricos e culturais que sustentam a inferiorização das mulheres.</p> <p>Exemplo: A afirmação "Mulheres são naturalmente mais emocionais do que os homens" está impregnada de discursos patriarcais que historicamente têm desqualificado as mulheres como incapazes de agir racionalmente.</p>
<p>Análise da formação discursiva:</p> <p>Pêcheux enfatiza a importância de examinar os elementos que compõem um discurso, incluindo vocabulário, estrutura gramatical e enunciados.</p> <p>Exemplo: Na frase "Os homens são naturalmente melhores líderes do que as mulheres", a formação discursiva revela a naturalização da liderança como uma qualidade inerente ao gênero masculino, excluindo as mulheres desse papel.</p>
<p>Análise do sujeito e do objeto:</p> <p>Pêcheux sugere que o sujeito e o objeto do discurso são construídos socialmente e refletem relações de poder.</p> <p>Exemplo: Quando alguém diz "Ela estava pedindo por isso, olha como estava vestida", está objetificando a mulher, reduzindo-a a um objeto de desejo ou provocação, enquanto o agressor é retratado como um sujeito que reage legitimamente a essa provocação.</p>
<p>Análise da memória discursiva:</p> <p>Pêcheux destaca a importância das memórias discursivas na construção de significados, ressaltando como discursos passados influenciam os discursos presentes.</p> <p>Exemplo: A naturalização de estereótipos de gênero ao longo da história contribui para a perpetuação de discursos machistas, como a ideia de que as mulheres são naturalmente menos capazes em certas áreas.</p>

Fonte: A autora (2024).

Ao desvelar essas narrativas, podemos desafiar as ideias preconcebidas sobre as capacidades e o papel das mulheres nas organizações sindicais;

2) Análise das práticas discursivas: A análise francesa do discurso pode ajudar a examinar as práticas discursivas dentro dos sindicatos e identificar padrões

de comunicação que possam excluir ou marginalizar as mulheres. Isso inclui o estudo de linguagem, terminologia e formas de interação que podem refletir desigualdades de poder e discriminação de gênero. Ao conscientizar sobre essas práticas, podemos trabalhar para tornar os sindicatos mais inclusivos e receptivos às vozes das mulheres;

3) Desconstrução de narrativas de poder: A análise francesa do discurso também pode ser útil para desconstruir as narrativas de poder que sustentam as estruturas patriarcais dentro dos sindicatos e da sociedade em geral.

Isso envolve a identificação e a problematização de discursos que legitimam a dominação masculina e a exclusão das mulheres de posições de liderança e tomada de decisão. Ao desafiar essas narrativas, podemos promover uma cultura sindical mais igualitária e empoderadora para todas as trabalhadoras;

4) Construção de novas narrativas: Além de desconstruir narrativas opressivas, a análise francesa do discurso também pode ajudar a construir discursos que valorizem as contribuições das mulheres para o movimento sindical e para a luta por igualdade de gênero. Isso envolve a promoção de discursos que reconheçam a diversidade de experiências das mulheres, celebrem suas conquistas e defendam sua participação plena e igualitária nas organizações sindicais e na sociedade como um todo.

O conservadorismo aliado ao Governo Federal após o golpe de 2016 e a vitória nas eleições presidenciais de 2018 do candidato Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, avançou sobre inúmeras esferas da vida dos brasileiros, tempos em que a diversidade voltou a ser abertamente criminalizada.

Para quem analisa o discurso, ou seja, a construção de sentidos através da linguagem, isso fica evidente, pois são alarmantes as imposições às quais a ideologia dominante busca condicionar a aceitação ou a não aceitação de determinadas identidades sociais. Na censura cotidiana do (s) sujeito (s) é perceptível que essa disputa (desigual) se dá principalmente através da linguagem/língua.

É quase consensual a importância e o pioneirismo de Saussure (2006) para a linguística, independente de qual seja a abordagem que o considere. Contudo, a linguística moderna tem seu desenvolvimento relacionado a algumas críticas aos caminhos que o mestre genebrino propôs.

Saussure (2006) privilegia o estudo da língua em detrimento do da fala, por considerar que aquela é geral e não individual, podendo, assim, ser estudada mais

cientificamente. A partir dos estudos de Pêcheux (1997), o estruturalismo saussureano é privilegiado, não pelas ditas dicotomias, mas pelos seus relevantes estudos, que embasam o tripé Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, áreas de filiação da Análise do Discurso pecheutiana (AD). É exatamente em um contexto de efervescência dos debates intelectuais que surgem diversas teorias com base em aportes teóricos como a ideia de enunciado e enunciação, linguagem não-verbal, contexto extralinguístico, etc.

Na França revolucionária, o campo da linguística, assim como em outros, tem forte influência do pensamento de Marx, o que produz espaço para inúmeras releituras de sua obra, além de críticas positivas e negativas. Nesse cenário, podemos e devemos considerar Althusser, marxista que se propõe a uma releitura interessante da obra de Marx, na qual um dos conceitos que mais nos interessa aqui é o de ideologia. Para o pensamento de Marx, ideologia é uma ferramenta de dominação da classe dominante, a qual é utilizada de modo estratégico para que as demais reproduzam o pensamento daqueles e tomem como algo comum a todos.

Ou seja, o que a classe dominante pensa é o que todos devem pensar e isso é passivamente reproduzido dentro das relações de produção/socialização. À essa altura também vale estabelecer a problemática da hegemonia masculina, que não apenas cerceia as mulheres a determinados lugares e condições na sociedade, fruto deste mesmo processo. Para ampliar a discussão, haverá o subitem a seguir.

2.1 Althusser e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)

Althusser (1992) mobiliza o conceito de ideologia em Marx, sistematizando-o da seguinte forma: a ideologia é um instrumento de dominação cuja operacionalidade envolve duas instâncias de organismos institucionais, o primeiro o autor denominará de 1) *Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)*, no qual estão inclusos, por exemplo, a família, a escola, a religião, a política, a cultura e, dentro de uma noção que é de interesse aqui, o sindicato; o segundo, Althusser chama de 2) *Aparelhos Repressores do Estado (ARE)*, que inclui Governo, a administração, a polícia, o exército, as prisões, etc.

O funcionamento dos aparelhos se realiza na medida em que um se sobrepõe ao outro. Ou seja, a ação dos ARE é baseada na repressão, principalmente física, mas não exclui a existência dos processos ideológicos por trás disso, enquanto a ação dos

AIE não exclui a existência da violência em seu plano de fundo, seja física, material seja simbólica.

Desse modo, conforme reforça Brandão (2004, p. 23), se para o autor “todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos AIE” então “a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem as condições necessárias para reprodução das relações de produção”.

Para além da reflexão sobre os aparelhos e a ideia de ideologia em funcionamento, Althusser (1992) aponta para o que compreende como ideologia em seu aspecto geral, como uma abstração que precede a concretude do funcionamento. Desse modo, expõe as hipóteses de que a) "a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência"; b) "a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas"; c) "a ideologia interpela indivíduos como sujeitos" (Althusser, 1992).

É sob o prisma dessas considerações que Michel Pêcheux (1997), pensador nitidamente filiado a Althusser (1992), passa a abordar seus estudos, sendo pioneiro na denominada Análise do Discurso de linha francesa (AD), que se estrutura a partir da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo de Marx, conforme apontamos anteriormente.

Além de Althusser (1992), Pêcheux (1997) consegue articular na elaboração da sua abordagem entendimentos de Michel Foucault (1971), intelectual que marca críticas ao pensamento de Marx sobre a concepção de sociedade propondo que a história da sociedade é a história das relações de poder que, por conseguinte, regem as relações de produção, enquanto Marx propõe que a luta de classes rege a história.

As contribuições de Althusser, Foucault, Lacan e Bakhtin vão operar essa articulação entre regiões do conhecimento no alicerce da AD. Levando esses pilares para a reflexão sobre a articulação entre língua, sujeito, discurso e história, Michel Pêcheux constituiu o edifício da Análise do Discurso em movimentos teórico-analíticos nos quais o seu pensamento se aproximou desses outros pensadores (Gregolin, 2003, p. 25).

Contudo, para chegar até essa discussão de forma mais empenhada, é preciso iniciar a partir da informação de que Pêcheux (1997) compreende discurso como a produção de sentidos entre interlocutores. A realização desse processo é possível a partir das condições de produção desse discurso, que se dão nas leituras dos aspectos sócio-históricos e dos aspectos ideológicos.

Correlacionado ao pensamento de Althusser (1992), Pêcheux (1997) constrói a ideia de três conceitos articuladores, as formações ideológicas, as formações imaginárias e as formações discursivas. As formações ideológicas são as condições de produção que regem a formação do pensar e as formações imaginárias conformam, a partir disso, a *posição-sujeito*, que é a condição na qual o sujeito se mostra/se porta para o outro no processo de interlocução.

O terceiro conceito proposto, as formações discursivas, rege as condições do dizer, informando as condições da produção no sentido ideológico e retórico. Esse conceito é a citada elaboração ladeada ao conceito de discurso e formações discursivas de Foucault (1971) que, como aponta Brandão (2004, p. 48), “representa na AD um lugar central da articulação entre língua e discurso”. E ainda explica:

Formalmente a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento:

a) a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade.

b) pré-construído: constitui, segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a linguística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é "construído" pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí.

O pré-construído remete assim as evidências através das quais o sujeito da. a conhecer os objetos de seu discurso: "o que cada um sabe" e simultaneamente "o que cada um pode ver" em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante "o que cada um conhece, pode ver ou compreender" (Brandão, 2004, p. 48)

Portanto, Pêcheux (1997), filiado ao pensamento althusseriano, desloca a concepção do marxismo na qual a ideologia é o instrumento mantenedor do *status quo* da classe dominante, no qual o pensamento da mesma é propagado como o naturalmente hegemônico.

A ideologia, nesse sentido, é uma importante concepção para a AD, pois para Pêcheux (1997) a ideologia não é apenas um processo inconsciente, podendo revelar resistência ao invés de submissão, ou seja, pode também ser um instrumento deslocador. Isso se dá dentro do jogo de poder, como Santos (2021, p. 81) afirma: “[...] é notório que o poder forja uma realidade social ao mesmo tempo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas”. É possível notar esse pressuposto nas formulações foucaultianas:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um [...] não pode falar de qualquer coisa. [...] em nossos dias, são apenas regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (Foucault, 1971, p. 9, grifo nosso).

Nesse sentido, Foucault (1971) afirma que a produção do discurso em nossa sociedade é atravessada por interdições (as três grifadas acima que juntas compõem um procedimento complexo).

Esse processo se amplifica nas regiões da sexualidade e da política, ou como diz o próprio autor “as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam”, evidenciando que o discurso está “longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica”, mas é, sim, lugar no qual as interdições “um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (Foucault, 1971, p. 9-10).

Por isso, é válido pensar como a ideologia, através do discurso, opera no cerne da ação sindical, ambiente no qual historicamente se faz como um mundo dos homens, mas ao mesmo tempo as mulheres têm rompido com o que tem sido estruturalmente colocado.

É complexo pensar essa relação, levando em conta que enquanto aparelho ideológico do Estado, os sindicatos se formulam historicamente como ambiente composto e definido por homens, operando a ideologia sexista. Sob essa ótica, é relevante refletir de que modo ou até que ponto, então, essa desconstrução nos sindicatos dos servidores públicos do Ceará, ocupado e dirigido majoritariamente por mulheres, tem modificado essa lógica.

2.2 DISCURSO E QUESTÕES DE GÊNERO

Dentro desse viés, parece pertinente adentrar as questões sobre gênero. Na revisão da literatura feita até o momento, destacou-se o pensamento de Butler (2003). A autora, bastante referenciada nas discussões sobre a temática, contraria as concepções do gênero enquanto fator biológico e do gênero enquanto construção social. Sobre a primeira, a autora aborda que não passa de mecanismo de manutenção de poder, pois pautada na dicotomia homem X mulher perpetua, “camufladamente”, a lógica da superioridade de um sexo sobre outro, nesse caso, o

homem é biologicamente/naturalmente o centro das relações de poder e a desigualdade é consequência natural dessas.

Desde a infância, as mulheres são socializadas para assumirem as responsabilidades do cuidado, perpetuando uma dinâmica de exploração e desigualdade. O Estado, ao se omitir em suas responsabilidades sociais, agrava essa situação, sobrecarregando especialmente as mulheres negras e da classe trabalhadora (Biroli, 2016).

Biroli (2016) demonstra como a família, longe de ser uma instituição natural, é uma construção social moldada por forças históricas e políticas. O conservadorismo, ao defender uma família tradicional e heteronormativa, busca limitar a autonomia das mulheres e reforçar papéis de gênero estereotipados. A noção de ideologia de gênero, difundida por grupos religiosos e políticos conservadores, é um exemplo claro dessa tentativa de controlar os corpos e as vidas das mulheres.

Sobre a segunda concepção, Butler (2003) afirma que a ideia de gênero enquanto construção social, de diversos modos, também preconiza um “formato” pré-existente e correto do “ser mulher”, por exemplo, pois, ao “construir-se” socialmente, o gênero ainda assim, em determinado momento, é necessário se moldar à (hetero)normatividade (compulsória). Elucidando, Firmino e Porchat (2017, p. 56, grifo nosso) fazem a seguinte leitura.

Ainda que haja no descolamento entre sexo e gênero e no “tornar-se” um livre arbítrio que permitiria ao sujeito, seja de qual sexo for, tornar-se homem ou mulher, essa “escolha” é feita no contexto de uma cultura e de um regime de poder que colocam imperativos aos sexos. Nesse sentido, o livre arbítrio de nossas escolhas em relação ao gênero está em constante oposição ou negociação com um conjunto de normas que dizem como devemos nos comportar, o que devemos vestir e a quem devemos desejar tendo como base nosso sexo. Escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão cultural que utiliza o sexo como referência.

Em contraponto, para Butler (2003) o gênero (assim como o sexo) é uma construção discursiva, uma produção do poder. Antes do gênero, existe o discurso, e é a partir do discurso que o gênero existe. Então o gênero, nesse sentido, tem íntima ligação com a linguagem. O gênero não se “autoconstrói” naturalmente, mas o discurso constrói o gênero.

Firmino e Porchat (2017, p. 56) afirmam que “escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão cultural que utiliza o sexo como referência”, reforçando o que Butler (2003) caracteriza como uma compulsão (do binarismo, da heteronormatividade), a imposição de determinados posicionamentos que intervêm no que é compreendido como a categoria mulher.

Acreditamos, portanto, que é possível refletir sobre a construção dos entendimentos sobre gênero a partir da compreensão sobre o discurso. Retornando à história das mulheres no movimento sindical, no Brasil pesquisadoras como Reina (2014) identificam o levantamento de questões sobre o sexismo biológico que caracterizou as imposições da divisão social do trabalho (a divisão sexual do trabalho).

A distinção entre homens e mulheres na divisão social do trabalho, como teoria e problemática da pesquisa na sociologia, emerge, nos anos 70, da lógica da divisão social do trabalho, da ideia de relações opostas entre os sexos, quando se questiona o antagonismo entre trabalho e emprego. No Brasil, a repartição sexual do trabalho entre os sexos foi tratada nos estudos de Elizabeth Souza Lobo (1991), *A classe operária tem dois sexos*, ao observar que sua distinção se fez primeiro na produção, na estrutura atinente à divisão sexual do trabalho (Reina, 2014, p. 627).

Fundamentando-se nisso, é importante reconhecer as pistas dadas pelo contexto histórico atravessado pelo processo ideológico, isso inclui se atentar às pautas reivindicatórias, os procedimentos de intervenção – leia-se, exclusão – das mulheres dos espaços sindicais e, como se não fosse suficiente essa categórica tentativa de nos repelir, ainda nos omitir da história do sindicalismo.

Nesse ponto, diante dos longos anos de desconsideração da história sobre a participação das mulheres no movimento sindical no Brasil, Gogna (2021, p. 3) afirma que as questões relativas à mulher nesse ambiente passaram a ser pautadas no Brasil a partir de 1978, com o denominado renascimento dos sindicatos.

O final da década de 1970 é o período no qual começa a efervescer um movimento de ruptura rumo ao processo de redemocratização no país após os conhecidos anos de chumbo iniciados em 1964 com a deflagração da Ditadura Militar, momento no qual “os sindicatos foram perseguidos e, constantemente, atrelados ao cenário político, entendidos como ameaça ao regime” (Oliveira; Mendes, 2021).

Em relação às mulheres, Santos (2021, p. 39), com base em Helen Safa, aponta que “a luta do feminismo no Brasil se confunde com a luta contra a ditadura porque as mulheres aqui passavam por situações extremas que outros países em situação democrática não tiveram que ultrapassar”.

É de suma importância ressaltar que a história das mulheres no sindicalismo aponta para a exclusão, principalmente dos espaços de decisão e liderança, havendo a necessidade de destacar a invisibilização da história de mulheres e coletivos que

resistiram ao padrão ideológico imposto pela ideologia sexista/machista que integra também os espaços de produção do conhecimento como as academias.

Por outro lado, é por isso que se faz necessário viabilizar e trazer à tona as discussões sobre as mulheres no movimento sindical e no mundo trabalhista, que se deram e se dão também a partir das “ações do movimento de mulheres que deram mais visibilidade às “questões das mulheres” e ajudaram a legitimá-las em nível sindical” (Gogna, 2021, p. 3). Conforme a AD, isso requer considerar as condições de produção: o processo ideológico que perpassa a história, construindo o sujeito. O sujeito para a AD é atravessado pelo processo histórico-ideológico, é interpelado pela ideologia, pelas vozes que constroem a subjetivação, a entrega e o recebimento da posição-sujeito entre os interlocutores do discurso.

Pêcheux (2009) argumenta que os discursos são atravessados por formações discursivas, que são conjuntos de regras e normas sociais que determinam o que pode ser dito, por quem e em que circunstâncias. Essas formações discursivas refletem as relações de poder e as hierarquias sociais existentes, moldando nossas práticas linguísticas e nossas identidades.

Tudo que é falado por um sujeito encaixa-se em determinada formação discursiva, configurando o processo da formação de sentidos e a relação desta com a ideologia. Pêcheux determinou que a formação discursiva pode determinar uma posição ideológica, ligando com o imaginário.

Ainda conforme Pêcheux (2009), a depender da formação discursiva, as palavras podem ganhar novos sentidos, “(...) as palavras, as expressões, preposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Assim, a importância da linguagem para os seres humanos pode ser compreendida à luz da Análise do Discurso de Pêcheux, como um fenômeno complexo que não se limita à transmissão de informações, mas sim como um campo de disputas ideológicas e de construção de significados. Através da linguagem, os indivíduos constroem e negociam suas identidades, reproduzem ou contestam estruturas de poder e contribuem para a construção e transformação das relações sociais e políticas na sociedade.

[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.) (Pêcheux, 2009, p. 147).

Pêcheux (2009) defende a ideia de que o discurso, dentro de determinados contextos, é permeado pela construção simbólica de ideias. Isto significa que a língua não é apenas um conjunto de regras, tampouco um código inflexível de concepções, mas sim um sistema de palavras que traz consigo ideologias formadas pelas formações discursivas oriundas da formação social dos indivíduos.

De acordo com Pêcheux (2009, p. 147), a formação discursiva é a prática comunicativa constituída a partir da formação ideológica, ou seja, é determinada por eventos como disputas de classes e de gêneros e que acaba determinando o que pode e o que não pode ser dito. Diante desta explicação, reconhece-se o caráter panfletário da formação discursiva. Logo, tudo que é dito pelo sujeito encaixa-se em uma determinada formação discursiva.

No ambiente sindical, a linguagem desempenha um papel crucial na negociação de interesses, na construção de identidades coletivas e na articulação de estratégias de luta. No entanto, essa dinâmica linguística também reflete e reproduz as relações de poder existentes na sociedade, especialmente no que diz respeito à disputa de gêneros.

Historicamente, os sindicatos foram espaços predominantemente masculinos, onde as vozes e demandas das trabalhadoras frequentemente eram marginalizadas ou ignoradas. Isso se refletia na linguagem utilizada nos discursos sindicais, que muitas vezes reproduziam estereótipos de gênero e reforçavam hierarquias patriarcais.

Cerqueira *et al.* (2009, p. 112) afirma que “a palavra, como instrumento de poder e de troca, foi negada durante séculos às mulheres, e elas ainda continuam a não ter acesso ao discurso da mesma forma que os homens”. Termos como “companheiro” para se referir aos membros do sindicato, por exemplo, excluía implicitamente as mulheres e reforçavam a ideia de que o trabalhador padrão era masculino. Ao ato de priorizar homens na construção de discursos, dá-se o nome de micromachismo, uma categoria de machismo atrelada a:

Formas mais brandas e mais violentas de machismo discursivo, que são enquadradas na literatura como parte dos micromachismos, ou seja, um conjunto de atitudes e formas de relacionamentos interpessoais que impregnam os comportamentos masculinos na vida cotidiana de valores e perspectivas machistas, nos níveis micro da vida social. Os micromachismos resultam em microviolências contra as mulheres, ao reafirmarem a dominação masculina (Manso; Silva, 2016, p. 112).

Para melhor ilustrar o exemplo desta formação discursiva, realizou-se um apanhado de fala de dirigentes sindicais e políticos cujos dizerem trazem à tona a problemática da ideologia machista ainda impregnada no meio sindical.

Quadro 2: Falas machistas proferidas por líderes sindicalistas e políticos do sexo masculino contra mulheres sindicalistas.

Fala	Autor da fala
– <i>Eu, por exemplo, sou um comprador de champanhe de mulher que se separa do marido. Recebo as cotações e compro tudo que posso. O preço é a metade, por causa da raiva. Aí tem uma razão. Uma razão lógica. Foi flagrado o cara com uma garota de 24 HP e então ela se rebelou.</i>	Synézio Batista, presidente do Sindibrinquedos, (2022) ⁹ .
– <i>São essas professoras que vocês querem para os seus filhos?</i>	Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do município de São Paulo, Simpeem (2016) ¹⁰ .
– <i>Aninha, eu sei com quem estou falando. Vai lá dar uns amassos no Henrique. Seja feliz com ele</i>	Anézio Henrique, do Sintrajud (2020) ¹¹ .
– <i>Um dos dirigentes do sindicato não aceitava o que eu falava. Era discussão constante. Não chegou à agressão física, mas teve muita agressão moral e psicológica até que conseguimos retirá-lo da diretoria</i>	Márcia Feliciani, Presidente do Sindeap (2018) ¹² .
– <i>Pilantra, safada</i>	Vereador Adail Junior, para Ana Cristina Guilherme, presidenta do SINDIUTE/CE e secretária executiva da CNTE, (2021) ¹³ .
– <i>Que nervosinha. Imagina o que essa mulher faz com o marido em casa</i>	Valdir Rossoni, presidente da AL do Paraná, sobre a Elaine Rodella, diretora do Sindisaúde ¹⁴ (2014).
– <i>Acéfala, conhecimento raso</i>	Antônio Noel Delgado, policial aposentado, contra Isabel Cristina de Oliveira Azevedo, presidenta da APP Sindicato Apucarana ¹⁵

⁹ AMADO, Guilherme. Empresário de Conselho Nacional da Criança foi acusado de misoginia. **Jornal Metrópoles**, 8 ago. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresario-de-conselho-nacional-da-crianca-foi-acusado-de-misoginia>. Acesso em agosto de 2024.

¹⁰ SOUZA, Cláudia; QUADROS, Lourdes; ALINE, Evelin. Presidente do sindicato dos trabalhadores/as em educação em São Paulo agride mulheres em congresso. **Esquerda on-line**, 21 out. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/10/21/presidente-do-sindicato-dos-trabalhadoresas-em-educacao-em-sao-paulo-agride-mulheres-em-congresso/>. Acesso em abril de 2024.

¹¹ Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo. **Coordenação do Coletivo de Mulheres se manifesta sobre caso de machismo na categoria**. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www.sintrajud.org.br/coordenacao-do-coletivo-de-mulheres-se-manifestam-sobre-caso-de-machismo-na-categoria/>. Acesso em abril de 2024.

¹² Sindicato dos Empregados das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Intermunicipal do Estado do Rio de Janeiro. **Mulheres na liderança: a realidade na organização sindical**. 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.sindeaprij.org.br/19-04-2018-mulheres-na-lideranca-a-realidade-na-organizacao-sindical/>. Acesso em abril de 2024.

¹³ Sindiute. **Nota de repúdio**. 4 mar. 2021. Disponível em: <https://sindiute.org.br/nota-de-repudio-3/>. Acesso em abril de 2024.

¹⁴ PRATEANO, Vanessa. Rossoni e seu histórico de ofensas às mulheres. **Gazeta do Povo**. 18 mai. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/mulherio/rossoni-e-seu-historico-de-ofensas-as-mulheres/>. Acesso em abril de 2024.

¹⁵ APP Sindicato. **Militar faz ataque machista contra professora e dirigente da APP em escola cívico-militar de Apucarana**. 6 fev. 2024. Disponível em:

— A equidade de gênero deveria ser discutida junto com regras mais objetivas de ascensão profissional. Termos institucionalizados metas de 15% para nomeações de determinado gênero (independente do critério competência e mérito) deixa claro que o processo interno de seleção é subjetivo. Outro ponto interessante observado é que 100% das colaboradoras contratadas por toda DISUD, SUPER MG, SUPER RJ, SUPER SP, SUPER ES são do gênero feminino, novas e de boa aparência. Critérios e atributos diferentes?

O autor do comentário teve seu nome preservado¹⁶

Fonte: A autora (2024).

A partir das falas resgatadas de páginas da internet, aplicando a Análise de Discurso proposta por Pêcheux (2009), percebe-se que a figura feminina ainda é muito associada à ideia de que para obter algo, a mulher utiliza-se de favores sexuais, como visto na fala de Anézio Henrique “vai dar uns amassos no Henrique”.

Não se sabe a origem de tal declaração, entretanto a vida íntima de uma mulher é inviolável e por muitas vezes vê-se que este teor de assunto é utilizado contra a mulher, ou seja, houve um massacrante processo de formação discursiva para introjetar a ideia de que uma mulher com vida pessoal e sexual resume-se apenas a estes papéis, subjugando a mulher a ter toda sua existência pautada em quantos parceiros ela teve.

Não apenas a vida íntima da mulher é exposta e vira “argumento”. Outro ponto de forte ideologia diz respeito às questões psicológicas das mulheres. Um forte “aliado” dos homens é o contraponto de colocar em xeque a saúde mental da mulher chamando-a de “louca”, “desvairada” ou simplesmente afirmar que as mulheres são desprovidas de raciocínio lógico por se revestirem inteiramente de sentimentos, deixando a racionalidade à mercê das emoções. Os dizeres de Synézio Batista, Valdir Rossoni e Wellington são compatíveis com esta formação discursiva que ainda infesta as falas masculinas, principalmente quando os homens são alvos de exposições e questionamentos.

A imposição cultural do silêncio como norma de “boa conduta” para as mulheres constitui uma forma de violência simbólica, ou seja, aquela que, segundo o autor citado, pode se tornar invisível até mesmo para suas

<https://appsindicato.org.br/militar-faz-ataque-machista-contr-professora-e-dirigente-da-app-em-escola-civico-militar-de-apucarana/>. Acesso em abril de 2024.

¹⁶ Sindicato dos Bancários. **Comentário machista atenta contra luta por equidade de gênero no BB**. 27 mar. 2018. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/03/2018/comentario-machista-atenta-contr-luta-por-equidade-de-genero-no-bb>. Acesso em abril de 2024.

próprias vítimas, pois se trata de uma forma de dominação que se estabelece pelas vias simbólicas da produção de representações e de imagens. No caso das mulheres, imagens de sensibilidade, de delicadeza, de submissas e de sujeitos sem habilidade para o uso público da palavra, devido ao suposto caráter emocional de suas intervenções discursivas. Essa é uma forma sorrateira de dominação que as exclui da esfera pública no âmbito discursivo, significando que, no mundo das trocas argumentativas, as mulheres continuam a ser simbolicamente aniquiladas no plano do mundo público (Tuchman, 1980).

A esta prática de atribuir expressões como “louca” e “lunática”, dá-se o nome de *gaslighting*, considerada uma forma de abuso.

Os *gaslighters* compartilham as seguintes características: não toleram a possibilidade de que alguém discorde deles ou os critique, tampouco aceitam que os outros vivam, ajam ou se comportem de modo diferente do que eles consideram correto. Assim, *gaslighting* se revela um instrumento de manipulação que objetiva neutralizar as críticas e até mesmo a possibilidade de que sejam feitas, pois as vítimas têm sua capacidade de expressão e credibilidade minadas, bem como sua autoimagem questionada (Suskind, 2020).

A descredibilidade da capacidade profissional, cognitiva e intelectual da mulher é um tipo de discurso sempre invocado na falta de argumentos plausíveis para debates saudáveis. Assim, a troça, a subestimação e a dúvida tornaram-se bases desta formação discursiva. Ao questionar “são essas professoras que vocês querem para os seus filhos?”, Cláudio Fonseca tentou, com palavras, interditar e invalidar a trajetória de mulheres que dedicaram suas vidas à docência. Tudo isto para quê? Para preencher a lacuna de um senso retórico apurado.

As palavras do referido homem retumbam como reflexos de um sistema opressor que vê as mulheres apenas como meras reprodutoras, obedientes e incapazes. Sabe-se que a linguagem é uma das formas latentes de perpetuar o machismo, visto que a mesma porta a propriedade de construções simbólicas de poder na sociedade. Conforme Bourdieu (2002, p.6), é por intermédio da linguagem, “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação das estruturas históricas da ordem masculina”. É graças a estes esquemas que ainda vê-se homens à vontade para proferir falas surreais, pois há um forte legado, passado entre gerações, desta estrutura linguística de dominação.

O “acéfala, conhecimento raso” de Antônio Noel Delgado deixa claro que os ataques discursivos à inteligência feminina ainda são utilizados em larga escala. No entanto, ao longo do tempo, as trabalhadoras têm lutado por uma maior inclusão e representação nos sindicatos, contestando as estruturas de poder dominantes e

reivindicando espaços de fala e participação. Isso também se reflete na linguagem utilizada, com a emergência de termos mais inclusivos e sensíveis ao gênero, como "companheira" ou "trabalhador" no lugar de "trabalhador" ou "trabalhador".

Essa disputa linguística no ambiente sindical reflete as lutas mais amplas por igualdade de gênero e justiça social na sociedade. Ao reivindicar uma linguagem mais inclusiva e igualitária, as trabalhadoras não apenas buscam maior reconhecimento e representação dentro dos sindicatos, mas também desafiam as normas sociais e os sistemas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero.

No entanto, as resistências à mudança linguística também são evidentes, com alguns setores conservadores resistindo à adoção de termos mais inclusivos e acusando-os de politicamente corretos ou desnecessários. Isso ilustra como a linguagem pode ser uma arena de disputa ideológica, onde diferentes grupos buscam afirmar e legitimar suas visões de mundo e seus interesses

Ao desafiar as normas linguísticas estabelecidas e reivindicar uma linguagem mais inclusiva e igualitária, as trabalhadoras estão não apenas transformando os discursos sindicais, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Retomando Ferreira (2003) *apud* Filgueiras (2019, p. 74) reafirma que:

O processo de individualização do sujeito ocorre através de sua interpelação através da ideologia, que o constitui enquanto posição-sujeito (a posição social que irá ocupar socialmente)", constituindo também a posição do "inconsciente, já que é desejante, carregado de subjetividade.

Portanto, como respalda Orlandi (2006), a linguagem é a ligação entre a individualidade e o social e o discurso ligação entre a língua e a história. Conforme ao longo da história a ideologia produz o apagamento das mulheres nos espaços e na história do sindicalismo brasileiro, defendemos a legitimidade e importância de compreender o gênero como construção discursiva, incluindo os estudos sobre a mulher, historiar a trajetória das mulheres no sindicalismo brasileiro e escutar as sindicalistas da atualidade – em nosso caso com recorte para o sindicalismo no Ceará –, à luz da Análise do Discurso pecheutiana. O próximo capítulo enfatizará a metodologia deste estudo.

2.3 DESVENDANDO AS TEIAS DO PODER ATRAVÉS DA LINGUAGEM: UMA ANÁLISE DISCURSIVA COM ÊNFASE NA PERSPECTIVA FEMINISTA E NA CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS

No intrincado panorama dos estudos do discurso, a Análise de Discurso (AD) se ergue como um farol a guiar a investigação das relações de poder entrançadas na linguagem. Mais do que palavras embebidas em papel ou sons flutuando no ar, a AD reconhece no discurso um instrumento social de dominação e emancipação, capaz tanto de perpetuar desigualdades quanto de impulsionar transformações.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise das duas fases da Análise do Discurso (AD) proposta por Michel Pêcheux, com base em sua obra "Os Limites do Discurso" (1997). A partir de uma revisão crítica da literatura, buscaremos abordar os conceitos centrais de cada fase, destacando suas principais características e implicações para o estudo da linguagem e do sujeito.

Orlandi (2000, p. 25) afirma que "a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história". Essa frase resume a visão da autora sobre a linguagem como um fenômeno dinâmico e contextualizado, moldado pelas relações sociais e pelas transformações históricas.

A AD teoriza o "dispositivo de interpretação" como um conjunto de mecanismos que regulam a produção e a circulação de sentidos na linguagem. Esse dispositivo inclui elementos como regras gramaticais, normas sociais e ideologias.

A autora ressalta que a AD "não estaciona na interpretação". Isso significa que a AD não se limita a desvendar o significado do discurso, mas também busca compreender seus mecanismos de produção, seus efeitos sociais e sua relação com o poder. Orlandi (2000) ainda destaca a tensão entre a multiplicidade de sentidos (polissemia) e a busca por estabilização (paráfrase), contextualizando-as nas relações de poder e nas antecipações do discurso.

Orlandi (2000, p. 36) identifica a polissemia como um processo que rompe com os mecanismos tradicionais de significação, abrindo espaço para múltiplas interpretações e questionando a estabilidade do sentido. Em contrapartida, a paráfrase, segundo a autora, apresenta um movimento de estabilização, buscando fixar o significado e retornar a um ponto de referência conhecido.

Para além da polissemia e da paráfrase, Orlandi (2003, p. 39) introduz o conceito de "formações imaginárias" para compreender o funcionamento da linguagem. As formações imaginárias englobam relações de força, relações de sentido e antecipações, que moldam a produção e a interpretação do discurso.

As relações de força se manifestam na linguagem através de mecanismos como a coerção, a manipulação e a imposição de sentidos. O discurso, nesse contexto, serve

como ferramenta para manter ou subverter relações de poder. As relações de sentido se referem aos sistemas de significação que circulam na sociedade e influenciam a produção do discurso. A linguagem, ao mesmo tempo, contribui para a construção e a reprodução dessas relações.

A antecipação se refere à expectativa do que será dito ou ouvido em um determinado contexto discursivo. Essa expectativa influencia a produção e a interpretação do discurso, direcionando o processo de argumentação e visando os efeitos sobre o interlocutor.

Sob o olhar perspicaz da Análise de Discurso Crítica (ADC), o texto, em suas diversas formas, se revela como um palco onde se desenrolam dramas sociais. Não apenas a forma como as palavras se articulam, mas também o contexto em que são proferidas e a identidade de quem as profere ganham relevância crucial.

Através dessa lente crítica, a AC desvenda as sutis nuances que revelam como a linguagem serve como ferramenta de poder, legitimando e reproduzindo hierarquias sociais (Wodak, 2004).

Nesse cenário de busca por justiça social, a temática de gênero e sexualidade desponta como um campo fértil para a investigação crítica discursiva. O gênero, como categoria social fundamental, permeia todas as esferas da vida, moldando as relações interpessoais e as estruturas institucionais. Ao analisar as práticas discursivas marcadas pelo gênero, a ADC busca compreender como as relações de poder desiguais, baseadas em diferenças sexuais, são articuladas e perpetuadas (Wodak, 2004).

Sob a ótica feminista, o gênero é compreendido como uma estrutura ideológica que divide as pessoas em duas classes, homens e mulheres, estabelecendo uma relação hierárquica de dominação e subordinação, respectivamente (Wodak, 2004). Essa ideologia patriarcal se manifesta nas instituições e práticas sociais, perpetuando as relações de poder através do discurso.

Nessa empreitada, o trabalho de Michelle Lazar se destaca como um marco na consolidação de uma perspectiva feminista dentro da AC. Em seu artigo seminal *Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis*, Lazar (2007) apresenta uma versão explicitamente feminista da ADC, reconhecendo a necessidade de ir além da mera análise textual para incorporar uma postura engajada na transformação social.

Lazar (2007) também explora o significado da ADC para o movimento feminista, partindo da teorização pós-estruturalista que concebe o discurso como um local de luta (Lazar, 2007). Através da ADC, o Feminismo encontra uma ferramenta poderosa para desmistificar as inter-relações de gênero, poder e ideologia no discurso. Para tal, Lazar (2007) propõe cinco princípios basilares que norteiam a práxis discursiva feminista:

Reconhecimento da interseccionalidade¹⁷: A compreensão de que as identidades de gênero se entrelaçam com outras categorias sociais, como raça, classe e orientação sexual, é fundamental para uma análise completa das relações de poder;

Análise do contexto histórico e social: O discurso não existe em um vácuo, mas sim em um contexto social e histórico específico, moldado por relações de poder desiguais;

Compromisso com a justiça social: A práxis discursiva feminista deve estar comprometida com a transformação social e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária;

Reflexividade crítica: A pesquisadora deve estar constantemente atenta à sua própria posição social e como isso pode influenciar a análise do discurso;

Colaboração e engajamento: A pesquisa feminista crítica do discurso deve ser colaborativa e engajada com as comunidades afetadas pelas desigualdades sociais.

Ao incorporar esses princípios, a ADC feminista se torna uma ferramenta poderosa para desmascarar as armadilhas da linguagem que perpetuam a opressão de gênero e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Através da análise crítica do discurso, buscamos não apenas compreender as raízes das desigualdades, mas também tecer alternativas discursivas que promovam a emancipação e a transformação social. No panorama das relações sociais, o Feminismo se ergue como um farol a guiar a investigação das desigualdades de gênero e sexualidade. Mais do que um movimento social, o Feminismo se configura como um conjunto diversificado de perspectivas teóricas, metodológicas e políticas

¹⁷ Conceito que busca entender como diferentes aspectos da identidade social se cruzam e se influenciam mutuamente, gerando experiências únicas e complexas de opressão e privilégio (Lazar, 2007)

que convergem em um objetivo comum: desafiar as estruturas que perpetuam a opressão (Bucholtz, 2014).

Em contrapartida à opressão, a Análise do Discurso surge como um instrumento teórico para desvendar as práticas discursivas que constroem as ordens sociais vigentes (Melo, 2009). Através da análise crítica do discurso, busca-se compreender como as relações de poder, as representações e identidades sociais, e os sistemas de conhecimento e crença são moldados e legitimados pela linguagem.

O poder moderno, em grande parte discursivo por natureza, se baseia na internalização de normas de gênero, permeando os textos e a fala da vida cotidiana. Esse poder invisível, "não reconhecido" como tal, se torna "reconhecido" como legítimo e natural (Bourdieu, 1991, *apud* Lazar, 2007, p. 148).

Nesse cenário, a AC feminista se propõe a examinar como poder e dominação são produzidos discursivamente e como as resistências se manifestam através da linguagem. Através de uma perspectiva implicitamente comparativa, a autora reconhece que a opressão de gênero não é experienciada da mesma forma para todas as mulheres, em todos os lugares. A análise se fundamenta na concepção de que o "sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo-sócio-histórico em que as palavras são produzidas" (Pêcheux, 1997, p. 160). Ou seja, os discursos sobre a mulher são construídos e significados dentro de uma determinada formação discursiva, marcada por relações de poder e ideologias.

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 2009, p. 10).

A afirmação apresentada, atribuída a Simone de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo*, constitui um dos pilares da crítica feminista ao patriarcado. Ao afirmar que "a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele", Beauvoir (2009) desvela um mecanismo fundamental da opressão feminina: a construção social da mulher como "Outro".

A dicotomia entre sujeito e objeto é central nessa afirmação. O homem, como sujeito, é ativo, autônomo, definidor da realidade. A mulher, por sua vez, é passiva, definida pelo olhar masculino, reduzida a um objeto de desejo, de procriação ou de trabalho. Ao afirmar que a fêmea é "inessencial perante o essencial", Beauvoir (2009)

aponta para a desvalorização da feminilidade. O masculino é considerado a norma, o padrão a ser seguido. Tudo o que se desvia dessa norma é marginalizado e inferiorizado. A construção de discursos desfavoráveis às mulheres vem enfrentando um processo de ruptura, conforme os estudos analisados para essa dissertação. A seguir, discorre-se sobre o percurso metodológico adotado para chegar aos resultados almejados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesse capítulo é indicado todo o caminho metodológico escolhido para a elaboração da dissertação. Nele, constam todas as etapas do processo de decisão do percurso a ser seguido para a obtenção de resultados e alcance dos objetivos.

A proposição de uma pesquisa científica deve, de antemão, propor a reflexão sobre a seleção das metodologias utilizadas, a fim de obter validação sobre o objeto de estudo, sendo essencial estabelecer critérios rigorosos e bem definidos.

Também é relevante ter clareza sobre as etapas da pesquisa, visando somar conhecimentos. Conhecimento esse que possui suas atribuições quanto à racionalidade, à objetividade, à exatidão, à clareza e à veracidade dos fatos (Sousa; Baptista, 2011).

Esta pesquisa é de natureza documental e bibliográfica com abordagem de natureza qualitativa. O levantamento documental é uma técnica importante, pois é essencial à leitura dos estatutos dos sindicatos e todo histórico possível de contextualização das mulheres na luta política-sindical.

Com isso pretendemos compreender a presença das mulheres no sindicalismo do estado do Ceará. Depois, considera-se necessário o aprofundamento na revisão da literatura através de pesquisa bibliográfica, que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”, tratando a investigação de um tema “sob novo enfoque ou abordagem foi realizada para embasar teoricamente este estudo” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 183).

Logo, o foco deste estudo também comporta a metodologia e as etapas da pesquisa, almejando o estabelecimento de procedimentos mais adequados para o tipo de estudo que se deseja realizar, portanto, considera-se que a pesquisa qualitativa, que possui um caráter multifacetado e múltiplo, a mais adequada, visto que os dados analisados na pesquisa não são de caráter mensurável.

A pesquisa qualitativa permite que o pesquisador desenvolva um olhar mais sensível em relação ao objeto de investigação, o que permite diversas reflexões acerca do cenário analisado. Dentro do espectro qualitativo, a realidade é experimentada pelo pesquisador com diferentes nuances, por intermédio de cada indivíduo pesquisado ou material lido para a elaboração de seu estudo.

O raciocínio ou a lógica da pesquisa qualitativa é a indutiva, partindo do específico para o geral. Não se parte de uma teoria específica, mas ela é produzida a partir das percepções dos sujeitos que participam da pesquisa. Estas visões têm raízes na filosofia naturalista e estão, geralmente, associadas a vários paradigmas como o construtivismo social, o interpretativismo, o pós-positivismo, a perspectiva pós-moderna, a ideológica ou crítica (Creswell, 1994 *apud* Creswell, 2014).

Assim, a pesquisa qualitativa propõe o diálogo entre visões diferentes, diminuindo a distância entre estas, tornando possível a coexistência entre opiniões divergentes, pois assim, a compreensão e a reflexão sobre as visões de mundo e de construção de conhecimento que embasam a pesquisa são essenciais, visto que é por meio delas que é possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia metodológica adotada (Morrow, 2005 *apud* Saccol, 2009).

Há de se ter, na perspectiva qualitativa, um controle de qualidade do material elaborado e portanto, alguns princípios devem ser observados:

- 1) Clarificação da pesquisa: os objetivos e o problema da pesquisa devem ser claro;
- 2) Justificativa: deve-se buscar consonância entre o método escolhido e explicar o porquê deste ser o melhor para a pesquisa que se deseja realizar;
- 3) Esmero metodológico, esclarecendo todos os passos percorridos e detalhando as técnicas para a análise de dados;
- 4) Explicitação da técnica utilizada;
- 5) Interpretação dos dados analisados, podendo se os resultados reafirmam uma teoria/realidade existente ou se representa algo novo nestes campos;
- 6) Cuidado por parte do pesquisador para que suas opiniões pessoais não fiquem refletidas na pesquisa e nem na escolha do tema;
- 7) Transferabilidade: o que o trabalho representará para a sociedade e para a comunidade acadêmica. A validade social da pesquisa qualitativa diz respeito à sua aplicabilidade e ao seu impacto no cotidiano das pessoas.

Assim, o uso da pesquisa qualitativa permite, dentre outros, estabelecer fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população estudada, adequando-se como ferramenta para a construção de formulários quantitativos quando utilizada *a priori* e para clarificar e ilustrar dados quantitativos, quando utilizada *a posteriori*, ou seja, auxilia a aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, amplia o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarecer os dados quantitativos, pois capta as nuances da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados. (Câmara, 2013, p. 180).

No que tange aos objetivos, a pesquisa ganha nuances exploratórias, isto porque busca-se estabelecer mais proximidade com o tema, tentando compreender os fatores que levaram ao estabelecimento do problema que se busca investigar. Na pesquisa exploratória, há a interação do pesquisador com o tema estudado sem a intenção de, necessariamente, trazer dados conclusivos.

É um processo indutivo onde o pesquisador tem a oportunidade de desenvolver conceitos que auxiliam na compreensão dos fenômenos, no caso desta pesquisa, em como se desdobram os discursos de empoderamento feminino em meio à ocupação dos sindicatos.

Conforme Minayo (2010, p. 12), os espaços e histórias apontam que “cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma peculiar e diferente das outras. Por sua vez, todas vivenciam a mesma época histórica”.

A partir desta fala, constata-se que a pesquisa qualitativa possui cunho social e humanístico, em outras palavras, busca analisar valores, comportamentos e atitudes, fatores imprescindíveis para este estudo.

Conforme Sousa e Baptista (2011, p. 56), “a investigação qualitativa se centra na compreensão dos problemas ao analisar os comportamentos ou valores, não havendo uma preocupação com a dimensão da amostra”.

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a coleta de dados, seguiu-se o percurso da revisão integrativa (RI). Esta modalidade foi escolhida por permitir o levantamento de todo o conhecimento já produzido sobre determinado tema, de forma a realizar a identificação, análise e síntese dos resultados sobre o objeto de estudo.

Para a condução da RI, o presente estudo seguiu seis etapas: elaboração da questão de pesquisa (identificação do problema), busca na literatura dos estudos

primários, avaliação dos estudos primários, condução, análise dos dados e apresentação da revisão.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre janeiro de 2024 a junho de 2024, em bases de dados eletrônicas com temáticas voltadas ao feminismo, história de ocupações sindicais por mulheres, mulheres na política e o papel da mulher na sociedade, assim, dentre os periódicos eletrônicos levantados para a análise de artigos, estão: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, Revista Brasileira de História e Cadernos de Linguagem e Sociedade.

Foram aplicados descritores para refinar a busca, em conformidade com termos preestabelecidos, além de operadores booleanos *and* e *or*. Logo, os termos elaborados para pesquisa foram:

Mulheres AND (ocupação sindical OR cargos em sindicatos)

História AND mulheres nos sindicatos

Feminismo AND sindicatos

Ocupação sindical AND mulheres OR força feminina.

Como critérios de inclusão para a pesquisa, foram determinados: estudos primários, com abordagem qualitativa, que contemplassem a ocupação de mulheres nos sindicatos, publicados a partir de 2009, em inglês, português e espanhol.

Para os critérios de exclusão, foram estabelecidos: estudos com dados incompletos, artigos duplicados e trabalhos que não contemplassem a temática escolhida. Os critérios de elegibilidade foram estabelecidos com base na questão de revisão. Após o levantamento dos estudos, um revisor independente extraiu os dados dos estudos selecionados e registrou em formulário elaborado pelo autor.

Em busca de verificar as produções realizadas sobre a temática proposta, recorreu-se a artigos científicos e produções acadêmicas que trataram do assunto, a fim de verificar a evolução do objeto do estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: TECENDO A REALIDADE DOS DISCURSOS DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Feito o levantamento dos documentos para a análise de seus discursos – estatutos e atas de posse – o presente capítulo discorre sobre todo o processo de construção discursiva dos dispositivos dos sindicatos dos seguintes municípios: Caucaia, Caucaia, Canindé, Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz, Pacujá e Graça, Crateús e Bela Cruz.

Foram analisados aspectos como as principais desinências de gênero, termos e expressões que pudessem esclarecer a questão a formação discursiva. Os resultados podem ser contemplados a seguir nos subtópicos apresentados.

4.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DISCURSIVA DOS ESTATUTOS

4.1.1 Sindsep Caucaia

Localizado à avenida João Alfredo, 371 no Centro de Caucaia, Ceará. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia (Sindsep) dispõe em seu estatuto prerrogativa destinadas a todos os trabalhadores, sem distinção se gênero e apregoa em seu artigo 3, Seção 3 - Da Finalidade, que a “ideia de que o ser humano e sua felicidade sempre é o fim de toda luta”. Logo, tem-se no início do referido estatuto uma formação discursiva embasada no bem-estar coletivo, tanto de homens como de mulheres.

O estatuto do sindicato dos servidores públicos de Caucaia é uma manifestação concreta da luta pela igualdade e justiça social. Sua formação discursiva reflete o compromisso com a proteção de todos os trabalhadores, sem distinção de sexo. Ao contemplar essa perspectiva inclusiva, o estatuto reconhece a importância de garantir direitos e condições de trabalho dignas para todos os membros da categoria.

Através de suas disposições, busca-se não apenas promover a igualdade de oportunidades, mas também combater qualquer forma de discriminação, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e equitativo.

Assim, o estatuto do sindicato dos servidores públicos de Caucaia não apenas protege os direitos dos trabalhadores, mas também reafirma o compromisso com os valores fundamentais da dignidade humana e da igualdade de gênero.

Entretanto, apesar de seu caráter igualitário e de luta pela equidade de direitos, o referido documento mostra certa prevalência de termos predominantemente masculinos, tais como “trabalhadores”, “servidores”, “sindicalizados”.

Quadro 3: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindsep Caucaia

Expressões masculinas e femininas encontradas no Estatuto do Sindsep Caucaia	
Femininas	Masculinas
Trabalhadora	Sócios
Mulheres	Servidores
Lésbicas	Sindicalizados
	Trabalhador(es)

Fonte: A autora (2024).

Atribui-se este fator a uma norma linguística chamada de "masculino genérico". Historicamente, muitas línguas, incluindo o português, desenvolveram essa convenção, na qual o masculino é utilizado como forma padrão para se referir a grupos mistos, incluindo homens e mulheres.

Essa prática tem raízes na estrutura social patriarcal, onde os homens historicamente detinham o poder e o domínio público, e as mulheres eram frequentemente relegadas ao papel de cuidadoras e responsáveis pelo ambiente doméstico. Assim, a linguagem refletia e reforçava essa divisão de papéis, utilizando o masculino como padrão neutro.

O masculino genérico é, resumidamente, o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano como um todo (isto é, homens e/ou mulheres). Em português, este uso linguístico manifesta-se tipicamente em algumas situações, como:

- (a) no emprego de nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero não é conhecido ou não é relevante;
- (b) no emprego de nomes masculinos para denotar conjuntos compostos de seres humanos de ambos os gêneros;
- (c) na concordância de predicados com sujeitos coordenados compostos por pelo menos um nome masculino e um nome feminino;
- (d) na concordância de predicados com pronomes que não distinguem entre os gêneros masculino e feminino (Mader; Moura, 2015, p.32).

Apesar do uso destes termos, a construção discursiva do estatuto em questão busca, a todo momento, reforçar que a proteção a quem trabalha independe de gênero. Tal afirmação é respaldada pelo artigo 5, no qual encontra-se o seguinte

trecho “será admitido no quadro de sindicalizados todo trabalhador que assim desejar pertencente à categoria profissional definida nos Artigos 2 e 4 deste Estatuto”.

Um aspecto interessante a ser destacado na formação discursiva do estatuto do Sindsep Caucaia conta nos incisos 1 e 3 do artigo 5, no primeiro, é elencado que “A admissão do sindicalizado será homologada com a assinatura da ficha de sindicalizado pela Presidência do sindicato”.

O uso do termo *Presidência*, e não “pelo Presidente” mostra uma mudança na estrutura de gênero, mostrando que o cargo pode ser ocupado tanto por homens como mulheres. No segundo inciso, versa que:

É dever da Direção do sindicato assegurar a sindicalização de todos os trabalhadores interessados, independente da ideologia política e do credo religioso destes, respeitando as determinações deste Estatuto”, transmitindo a mesma ideia do inciso 1.

Lazar (2007), visando a afirmação feminina em cargos de poder, elaborou a concepção da Análise do Discurso Feminista (ADF), que pode ser aplicada na análise deste estatuto e sua formação discursiva. Para Lazar (2007), o discurso é um artifício que abre portas para o processo de desconstrução do gênero, visto que o processo de construção de significados através da linguagem falada e escrita auxilia na manutenção da ordem social.

A formação discursiva revela-se como um recurso teórico essencial na construção de narrativas que justificam e promovem a ocupação de mulheres em cargos de direção nos sindicatos.

... as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 2009, p. 146).

Esta abordagem, centrada na análise das condições e regras que delimitam a produção de discursos em um contexto histórico e cultural específico, permite uma compreensão crítica das estruturas de poder subjacentes que influenciam a representação e a participação feminina em esferas tradicionalmente dominadas por homens.

A ocupação feminina em cargos de liderança sindical, muitas vezes limitada por construções discursivas historicamente masculinas, pode ser reestruturada por meio de uma reavaliação cuidadosa das normas que governam o discurso sindical.

Ao identificar como esses discursos perpetuam a exclusão das mulheres, é possível desenvolver estratégias que subvertem a narrativa existente, promovendo uma visão mais inclusiva. Essa subversão não é meramente retórica, mas uma ferramenta política que desafia e remodela as estruturas de poder dentro dos sindicatos.

Além disso, a legitimação de novos discursos que suportam a liderança feminina em sindicatos é crucial. Ao alterar o discurso para enfatizar a competência, a experiência e as realizações das mulheres, cria-se um ambiente propício ao reconhecimento de suas capacidades e ao fortalecimento de sua autoridade. Essa transformação discursiva é acompanhada da necessidade de um novo léxico que suporte e reforce a igualdade de gênero, empregando termos e conceitos que refletem o compromisso com a diversidade e a inclusão.

A formação discursiva também desempenha um papel significativo na educação e na sensibilização dos membros do sindicato. Ao integrar a discussão sobre igualdade de gênero nos programas de formação sindical, promove-se uma mudança de atitude que é fundamental para a aceitação e o sucesso das lideranças femininas. Essa educação continuada ajuda a dismantelar preconceitos e estereótipos de gênero, abrindo caminho para uma prática sindical mais equitativa.

Importa ainda destacar que a integração das lutas femininas nos sindicatos com movimentos sociais mais amplos fortalece a causa, ampliando sua visibilidade e urgência.

A associação entre as demandas por liderança feminina nos sindicatos e outras lutas por direitos das mulheres contextualiza e reforça a necessidade de reformas substanciais nas práticas sindicais. Por fim, a promoção de modelos de *role models* femininos e programas de mentoria dentro dos sindicatos é crucial para incentivar outras mulheres a aspirarem a cargos de liderança.

Esses modelos não só inspiram como também demonstram a viabilidade e a eficácia da liderança feminina, consolidando as mudanças discursivas e práticas necessárias para uma transformação duradoura.

Portanto, a formação discursiva oferece uma ferramenta analítica poderosa e prática para remodelar a cultura sindical, favorecendo a criação de um espaço mais inclusivo e representativo. Ao explorar e redefinir os discursos que moldam a

participação das mulheres nos sindicatos, é possível avançar significativamente na luta por equidade e justiça social no ambiente sindical.

É pertinente mencionar que esta pesquisa não se trata apenas de estudos teóricos da Análise do Discurso, mas sim da verificação prática do discurso à vida real. Afim de constatar este fato, segue-se à estrutura da Diretoria Executiva, a qual consta na seção II, sobre a qual debruçou-se para analisar a presença de mulheres nestes cargos. Conforme exposto no documento, a Diretoria Executiva é constituída pelos seguintes cargos:

- I) Presidência;
- II) II. Vice-presidência;
- III) Secretaria Geral;
- IV) Secretaria de Finanças;
- V) Secretaria de Formação, assuntos econômicos e pesquisa;
- VI) Secretaria de Comunicação e Cultura
- VII) Secretaria de Assuntos Jurídicos e Direitos Humanos;
- VIII) Secretaria de Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Previdência Social;
- IX) Secretaria da Mulher Trabalhadora;
- X) Secretaria de Promoção da Igualdade Racial;
- XI) Secretaria da Juventude.

Consta no Estatuto do Sindsep Caucaia a Secretaria da Mulher Trabalhadora, voltada exclusivamente às causas femininas vivenciadas pelas sindicalizadas. São atribuições desta Secretaria:

- I) Elaborar, coordenar e desenvolver políticas para a promoção das mulheres trabalhadora;
- II) Promover eventos, palestras, debates, conjuntamente com as outras secretarias tratando de políticas para mulheres, tanto no âmbito do sindicato como com a comunidade e ONGs;
- III) Elaborar ou divulgar material educativo relacionado aos direitos da mulher e do homem;
- IV) Ter assento em qualquer conselho ou colegiado que zele pelo direito da mulher;
- V) Promover integração do sindicato com ONGs ou Instituições públicas, cuja finalidade seja a promoção da equidade de gênero;
- VI) Definir política para mulheres desenvolvendo interfaces com as demais políticas para construção de novas relações entre homens e mulheres;
- VII) Realizar estudos e pesquisas sobre a mulher trabalhadora na categoria;

- VIII) Manter intercâmbio com outras entidades e movimentos que tratem de questões relacionadas à diversidade sexual, no âmbito municipal, nacional e internacional;
- IX) Lutar por uma sociedade justa, humana e solidária;
- X) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto bem como as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;
- XI) Lutar pela erradicação de toda forma de violência doméstica e familiar (Sinsdep Caucaia, 2016).

Ao analisar o discurso deste trecho do Estatuto, vê-se as expressões “equidade de gênero” e “construção de novas relações entre homens e mulheres”.

Para analisar as expressões "equidade de gênero" e "construção de novas relações entre homens e mulheres" usando a teoria de Pêcheux (2007), podemos examinar como esses termos são utilizados em diferentes contextos discursivos.

"Equidade de gênero" pode ser entendida como uma expressão que busca promover a igualdade de oportunidades e tratamento entre pessoas de diferentes gêneros.

No entanto, ao analisar o discurso em torno dessa expressão, é importante considerar como ela é empregada em práticas sociais específicas, quem a utiliza e com que intenção. Por exemplo, em um contexto político, a equidade de gênero pode ser utilizada como um slogan para promover políticas públicas que visam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres.

Já a expressão "construção de novas relações entre homens e mulheres" sugere uma mudança na forma como os gêneros interagem e se relacionam na sociedade. Nesse caso, a análise do discurso pode explorar como essa construção é representada e discutida em diferentes contextos, como na mídia, na academia, nos movimentos sociais, etc. Além disso, é importante considerar quem são os sujeitos envolvidos nessa construção e quais são os discursos dominantes que influenciam essa transformação.

Ao analisar essas expressões com base na teoria de Pêcheux (2007), é fundamental examinar não apenas o significado superficial das palavras, mas também os processos de significação que estão em jogo, os diferentes pontos de vista representados e as relações de poder subjacentes que moldam o discurso.

Outra expressão que chama a atenção é “Lutar pela erradicação de toda forma de violência doméstica e familiar”. Para analisar a formação discursiva da frase "Lutar pela erradicação de toda forma de violência doméstica e familiar" presente no estatuto de um sindicato, podemos abordar a análise considerando as contribuições de Michel Pêcheux (2007), Michel Foucault (1971) e Orlandi (2012).

Segundo Pêcheux (2007), o discurso não é apenas um veículo de transmissão de ideias, mas também um local de produção de sentido e de relações de poder. Nesse sentido, a análise do discurso deve considerar os processos de produção de sentido e os efeitos de sentido que uma frase como essa pode produzir. A expressão "Lutar pela erradicação de toda forma de violência doméstica e familiar" revela uma posição política e ética do sindicato, que busca combater a violência doméstica e familiar.

Foucault (1971) nos lembra que o poder não está apenas nas instituições políticas, mas também se manifesta de maneira difusa e capilarizada em diversas práticas sociais, como o discurso. A frase em questão reflete um discurso que busca desafiar e transformar as relações de poder que perpetuam a violência doméstica e familiar. Ao defender a erradicação dessas formas de violência, o sindicato está questionando as relações de poder que as sustentam e perpetuam.

A análise foucaultiana também nos convida a examinar como o discurso sobre a violência doméstica e familiar é articulado em diferentes contextos e instituições, e como essas articulações contribuem para a produção e reprodução de determinadas formas de poder.

Orlandi (2012) também nos lembra que o discurso não é transparente e neutro, mas sim permeado por contradições e ambiguidades. Nesse sentido, a análise deve considerar as diferentes interpretações e leituras possíveis dessa frase, bem como os conflitos e tensões que ela pode suscitar dentro do sindicato e na sociedade em geral. É pertinente mencionar e analisar também o papel da Secretaria de LGBT, que tem como propósitos:

- I - Promover a articulação com as entidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros - LGBTTTS, a fim de realizar ações conjuntas, e orientar as entidades filiadas ao sindicato dos servidores públicos municipais de Caucaia – Sindsep a participarem da e mobilização das paradas do orgulho LGBT;
- II - Estimular o desenvolvimento e o apoio na implementação de políticas públicas de e de qualificação, para o acolhimento e o atendimento em caráter não discriminatório. III - Capacitar dirigentes e militantes sindicais acerca do tema LGBTTTS;
- IV - Promover campanhas em parceria com a sociedade civil organizada bem como com as entidades filiadas ao sindicato dos servidores públicos municipais de Caucaia – Sindsep, no fomento qualificado e interventivo no combate a todo e qualquer tipo de discriminação, exclusão social e desigualdades;
- V - Sensibilizar os LGBT para ingresso no movimento sindical e propor a inclusão nas direções sindicais;
- VI – Promover o respeito à diversidade sexual com base nos direitos humanos, defendendo sempre a liberdade de orientação num perspectiva de orientação de gênero;
- VII – Atuar em todas as formas de expressões políticas e culturais possível onde a temática LGBT esteja incluída (Sindsep Caucaia, 2016).

A formação discursiva, conforme concebida por Pêcheux, pode ser uma ferramenta para desconstruir normas de gênero e promover inclusão LGBT no meio sindical. Isso ocorre ao analisar como o discurso constrói e reforça certas ideias sobre identidade de gênero e sexualidade, e ao fornecer estratégias para desafiar essas representações dominantes através da conscientização e da mudança discursiva dentro dos sindicatos.

A formação discursiva pode contribuir para a ruptura da ideia de que mulheres trans não são mulheres ao destacar como os discursos sociais e culturais influenciam a percepção da identidade de gênero.

Isso envolve analisar como os discursos constroem e perpetuam noções binárias de gênero, e como podem ser reformulados para reconhecer e respeitar a identidade de gênero autodeclarada das mulheres trans. Essa abordagem promove a inclusão e a aceitação das mulheres trans como parte integral da comunidade feminina.

Além disso, pode auxiliar na ruptura da ideia de preconceito contra lésbicas no meio sindical ao promover uma análise crítica dos discursos presentes dentro da organização sindical. Isso envolve identificar e desafiar as representações discriminatórias ou excludentes das lésbicas, bem como promover discursos que reconheçam e valorizem a diversidade sexual e de gênero.

Ao criar espaços de diálogo e conscientização, a formação discursiva pode ajudar a mudar atitudes e práticas discriminatórias, promovendo uma cultura sindical mais inclusiva e igualitária para todas as trabalhadoras, independentemente da orientação sexual.

4.1.2 Sindsec Canindé

Localizado à Rua Mozart Pinto, nº. 314, o Sindsec Canindé atua desde 1995 em prol dos servidores públicos de Canindé.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Canindé é o exemplo de uma construção discursiva com base na predominância do gênero masculino. Retomando o raciocínio de Pêcheux (2003), observa-se no referido documento a ocorrência do masculino genérico, mais uma vez atuando como neutralizador de gênero. Após a análise do Estatuto, foram extraídas as seguintes palavras no masculino genérico:

Quadro 4: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindsec Canindé

Expressões masculinas e femininas encontradas no Estatuto do Sindsep Caucaia

Femininas	Masculinas
Não consta	Prestadores, filiados, aposentados, funcionários, empregados, companheiros, candidatos, eleitos, associado, secretário, diretor.

Fonte: A autora (2024).

Além destes termos, há o uso de artigos estritamente masculinos, como “ao Presidente”, incorrendo a ideia de que tal cargo só é assumido por homens.

Ao utilizar o masculino como norma, a linguagem reforça a ideia de que os homens são o padrão e as mulheres são a exceção. Isso pode ter um impacto significativo na vida das mulheres, limitando suas oportunidades e reforçando sua subordinação aos homens.

É de bom tom seja feita uma reavaliação da estrutura discursiva do Estatuto, com ênfase no texto que menciona a estrutura da Direção Executiva, elencada a seguir:

- . Presidente
- . Vice-presidente
- . Secretário Geral
- . Diretor Financeiro
- . Diretor de Formação Sindical
- . Diretor de Relações de gênero, raça e minorias
- . Diretor de Comunicação
- . Diretor de Assuntos Jurídicos.

Abre-se espaço para mencionar que o Sindsec Canindé conta, em sua estrutura sindical, com uma direção voltada à manutenção das relações de gênero, raça e minorias, cuja função é:

- a) Elaborar política de gênero, raças e minorias da entidade, fazendo permanente avaliação e ajustamento sobre análise e aprovação da diretoria executiva;
- b) Promover encontros de minorias da categoria;
- c) Denunciar práticas discriminatórias contra membros da categoria (Sindsec Canindé, 2015, p. 14).

Assim, pode-se chegar à ideia de que em contexto específicos, o masculino genérico acontece a título de vício de linguagem. Esta afirmação não tem o intuito de minimizar a formação discursiva em questão e sim explicar o longo caminho que se tem a percorrer para a construção de uma nova forma de comunicação e novos significados para as relações de gênero. Em relação ao masculino genérico enquanto

vício de linguagem, este deve ser observado com cautela pelos motivos aqui elencados:

1. O uso recorrente do masculino como padrão leva à naturalização dessa prática, tornando-a quase automática e sem reflexão crítica sobre seus impactos
2. Essa norma linguística torna as mulheres invisíveis na comunicação, como se não existissem ou não fossem relevantes
3. Reforça a ideia de que o masculino é o padrão e o feminino é a exceção, contribuindo para a manutenção das relações de poder desiguais entre os gêneros
4. Limita as oportunidades e o reconhecimento das mulheres em diversos âmbitos da vida social

Os estatutos sindicais, como documentos que regulam o funcionamento das organizações sindicais, frequentemente empregam uma linguagem masculina genérica, invisibilizando as mulheres e criando barreiras à sua identificação e participação. A utilização do masculino como norma reforça a ideia de que os homens são os sujeitos principais do movimento sindical, relegando as mulheres a uma posição secundária.

Essa linguagem excludente contribui para a perpetuação de um ambiente sindical masculinizado, onde as mulheres se sentem deslocadas e com menos oportunidades de participação.

Além disso, a falta de representatividade feminina nos termos do estatuto pode levar as mulheres a questionarem seu lugar no sindicato e desistir de se filiar ou se envolver em atividades sindicais. Insta comentar que o intuito do referido sindicato jamais foi reduzir mulheres a uma posição subalterna. Pelo contrário, a busca pela igualdade nas relações de gênero impera no contexto rotineiro da instituição.

4.1.3 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz

A princípio, o Estatuto do Sintsepana se mostra inclusivo ao contemplar designação feminina de gênero nas expressões trabalhadores (as), dos (as), servidores (as).

O estatuto sindical representa uma formação discursiva específica, com suas próprias regras e normas de produção de sentidos. A inclusão de desinências femininas nesse contexto pode ser vista como um gesto de reconhecimento da presença das mulheres no sindicato e de suas demandas específicas.

A inserção de desinências femininas no estatuto pode produzir diversos efeitos de sentido. Um deles é a visibilidade das mulheres no discurso sindical, que antes as invisibilizava ao utilizar apenas termos masculinos genéricos. Outro efeito é a possibilidade de criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para as mulheres no sindicato.

Além disso, pode ser vista como um desafio às relações de poder existentes no sindicato, que são marcadas pela hegemonia masculina. Essa mudança pode contribuir para a construção de um sindicalismo mais justo e igualitário, que reconheça e valorize a participação das mulheres.

O uso de marcadores femininos pode ser visto como um passo importante no sentido do reconhecimento das mulheres como membros plenos do sindicato. Essa mudança pode contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para as mulheres, e pode também levar a uma maior participação das mulheres na vida sindical, sendo também um gesto simbólico que não necessariamente leva a mudanças reais na vida das mulheres no sindicato.

Essa mudança pode ser vista como um mero ato de "politicamente correto", sem que haja um compromisso real com a defesa dos direitos das mulheres e como um ato de resistência às relações de poder existentes no sindicato, que são marcadas pela hegemonia masculina. Essa mudança pode ser vista como um desafio à ordem patriarcal.

É importante lembrar que a interpretação da inserção de desinências femininas no estatuto sindical deve ser contextualizada, levando em consideração as relações de poder existentes no sindicato e a história de luta das mulheres por seus direitos.

A inclusão de desinências femininas no estatuto sindical pode ser um passo importante no sentido do reconhecimento das mulheres e da construção de um sindicalismo mais justo e igualitário.

No entanto, essa mudança por si só não é suficiente para garantir a efetiva participação das mulheres na luta por seus direitos. É necessário que os sindicatos tomem medidas concretas para promover a igualdade de gênero, como a inclusão de

mulheres nos cargos de liderança, a realização de campanhas de conscientização e a criação de espaços de formação e debate sobre as questões de gênero.

4.1.4 Sindisep Pacujá e Graça

Nos moldes majoritários dos demais documentos, o masculino genérico dá o tom da base da formação discursiva do Estatuto. Palavras em masculino delimitam a narrativa, reforçando o vocabulário restrito sem a inclusão de expressões voltadas ao público feminino. Reforça-se o quanto esta formação discursiva deve ser repensada a fim de propagar a equidade de gênero, propondo uma linguagem mais receptiva às mulheres.

Quadro 5: Palavras femininas e masculinas extraídas do Estatuto do Sindisep Pacujá e Graça

Expressões e palavras masculinas e femininas encontradas no Estatuto do Sindisep Pacujá e Graça	
Femininas	Masculinas
Trabalhadores (as) (mista)	Servidores, eleitores, sindicalizados, aqueles que participam, filiados, o Presidente, o próprio dirigente.

Fonte: A autora (2024).

É muito válido comentar que nenhum espaço feminino foi construído e cedido sem que houvesse muitas lutas, uma vez que às mulheres, sempre foram delegadas tarefas secundárias e “de cuidado”, pondo-as em uma posição fragilizada e sendo representadas como seres incapazes de tomar decisões, negociar e outras atividades consideradas “coisas de homem”.

Soma-se à análise de Pêcheux (2009) as considerações de Hall (2000), sobre o campo das representações. A representação do masculino x feminino, por exemplo, são construídas e reforçadas pelos indivíduos que possuem o poder de representar, ou seja, que constroem a realidade conforme seus interesses através do discurso. Desta forma, é coerente questionar a representação do papel feminino, iniciando pela análise da formação discursiva no cenário sindical e apontar quais são as representações da imagem da mulher neste meio, pois como afirma Costa (1999):

... os sindicatos e associações de docentes têm articulado suas reivindicações e lutas ainda distanciados dos debates contemporâneos que colocam as políticas de representação como centrais nos movimentos sociais pela afirmação de identidades negadas e/ou pela contestação de identidades estrategicamente instituídas (1999, p. 117).

Ao trazer expressões majoritariamente masculinas, a representação possível de interpretar é de que o masculino genérico foi normalizado e ainda é aceito como forma de linguagem pois, apesar das mudanças instituídas, os termos masculinos ainda imperam nos documentos oficiais.

Em crítica a este fato, é invocado o raciocínio de Parkin e sua concepção de fechamento social, que consiste na exclusão de grupos minoritários. Vianna (2001, p. 109) denuncia que: “existe um modelo masculino de sindicato, um modelo universalista de marca masculina que embasa a organização operária”

O uso de expressões como “pelo Presidente” reforça a ideia de que o cargo será ocupado por homens, sendo repassado a outros homens, retroalimentando a estrutura falocêntrica da Diretoria Executiva. Analisemos agora a estrutura da Diretoria Executiva e a formação discursiva, em busca de afirmações sobre a ocupação feminina nos cargos diretivos. Não se busca aqui minimizar a atuação da referida secretaria e nem de sua secretária em questão, entretanto, a construção do discurso nos leva a novos debates sobre a persistente tentativa de não ligar as mulheres ao poder.

Além dos mecanismos linguísticos discutidos acima, há uma série de outros factores que podem contribuir para a exclusão das mulheres no discurso. Esses factores incluem O contexto social em que o documento é produzido pode influenciar a forma como a linguagem é utilizada. Por exemplo, um documento produzido num contexto onde as mulheres são tradicionalmente vistas como subordinadas aos homens tem maior probabilidade de excluir as mulheres na sua formação discursiva.

As relações de poder entre quem fala e quem ouve também podem influenciar a forma como a linguagem é usada. Por exemplo, um falante que está numa posição de poder sobre o ouvinte tem maior probabilidade de usar uma linguagem que exclui o ouvinte.

O gênero do documento também pode influenciar a forma como a linguagem é utilizada. Por exemplo, é mais provável que um documento formal utilize linguagem excludente do que um documento informal. No passado, as mulheres eram frequentemente excluídas da esfera pública e suas vozes eram silenciadas. Como resultado, a linguagem formal evoluiu para refletir essa exclusão, usando termos masculinos como a norma e termos femininos como exceções.

4.1.5 Sindicato dos Professores de Crateús

Atuante desde 2009, o referido Estatuto é um exemplo de documento que necessita ser urgentemente reavaliado. É incansável mencionar as observações de Pêcheux (2009) sobre a formação discursiva que impera nas relações de poder, pois não há, em trecho algum do documento, qualquer trecho textual que faça menção à inclusão das mulheres, com exceção da expressão elencada na primeira página, em seu primeiro capítulo *Da Denominação e finalidade do Sindicato*, a qual versa que sua essência é firmar-se como instituição de representação e proteção dos direitos dos professores sindicalizados “independente de suas convicções políticas, filosóficas, religiosas, cor, raça ou sexo”. Além deste trecho, nada mais foi encontrado em relação à promoção da equidade de gênero.

Palavras/expressões em masculino genérico: servidores, professores, desempregados, sócio(s), excluídos, associados, secretário (em todos os cargos de Secretaria da Diretoria), membro (s), do Presidente, o Vice-Presidente, funcionários, A formação discursiva deste Estatuto, à luz da obra de Michel Pêcheux (2009), sugere que se trata sobre um estatuto sindical que não contempla a proteção dos interesses das mulheres sindicalizadas.

A análise se debruça sobre como essa omissão vai de encontro à concepção de inserção das mulheres no meio sindical, evidenciando as desigualdades de gênero e a necessidade de ações concretas para garantir a efetiva participação das mulheres na luta por seus direitos. Ao analisarmos esse enunciado à luz da teoria de Pêcheux, podemos identificar os seguintes elementos:

Formação Discursiva: O estatuto sindical representa uma formação discursiva específica, com suas próprias regras e normas de produção de sentidos. Essa formação discursiva é marcada por uma lógica patriarcal que exclui as mulheres e ignora suas necessidades particulares;

Efeitos de Sentido: A ausência de menção à proteção das mulheres no estatuto sindical produz diversos efeitos de sentido. Um deles é a naturalização da invisibilidade das mulheres no meio sindical, como se suas demandas não fossem relevantes ou dignas de atenção. Outro efeito é a perpetuação da ideia de que as mulheres são menos capazes ou menos merecedoras de proteção do que os homens;

Relações de Poder: A omissão da proteção das mulheres no estatuto sindical revela as relações de poder existentes no meio sindical. Essas relações são marcadas pela hegemonia masculina, que define as regras e os valores que norteiam a

organização sindical. As mulheres, por sua vez, são relegadas a posições subalternas, com suas vozes silenciadas e suas demandas ignoradas.

A concepção de inserção das mulheres no meio sindical defende a participação ativa e igualitária das mulheres na luta por seus direitos. Essa concepção reconhece as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, e propõe a construção de um sindicalismo mais justo e inclusivo.

No entanto, a ausência de proteção das mulheres no estatuto sindical em questão vai de encontro a essa concepção. Essa omissão demonstra que o sindicato ainda não está preparado para acolher e defender os interesses das mulheres trabalhadoras de forma plena e efetiva. Dentre as soluções para ressignificar a formação discursiva do estatuto, estão:

- 1) Incluir no estatuto sindical cláusulas específicas que protejam os direitos das mulheres trabalhadoras, como licença-maternidade, creche, igualdade salarial e combate à violência no local de trabalho;
- 2) Promover a participação das mulheres nos cargos de liderança do sindicato;
- 3) Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da luta das mulheres por seus direitos;
- 4) Criar espaços de formação e debate sobre as questões de gênero no meio sindical.

No caso do estatuto sindical em questão, a ausência de qualquer menção à proteção dos interesses das mulheres sindicalizadas configura-se como um enunciado revelador das relações de poder existentes no meio sindical.

Essa omissão silencia as demandas específicas das mulheres trabalhadoras e as coloca em uma posição de subalternidade, dificultando sua participação ativa e igualitária na luta sindical.

4.1.6 Sindsep Bela Cruz

No estatuto do Sindsep Bela Cruz, foi possível encontrar uma formação discursiva mais inclusiva. Em sua redação, consta a expressão “dos (as) servidores (as)” em todo o corpo do texto. Trazendo novamente Pêcheux (2007) à questão da análise dos discursos dos estatutos, esta forma de incluir as mulheres denota a inserção das mesmas na formação do discurso da referida instituição. Ao realizar a busca pela expressão “mulher” no documento, a mesma aparece em 11 ocorrências, o que demonstra certo nível de cuidado com as sindicalizadas.

É cabível mencionar que a inclusão de uma expressão no feminino traz uma concepção diferente, como se fosse quase palpável as oportunidades concedidas às mulheres. Neste jogo de palavras, a equidade dá o tom. Sobre o uso da palavra para construir narrativas, Bakhtin e Volochinóv (2006, p. 36) afirmam:

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados (Bakhtin; Volochínov, 2009, p. 40).

Assim, ao longo da leitura do Estatuto, encontramos sua Diretoria Executiva, formada por:

- I- Presidência;
- II- Vice-presidência;
- III- Secretaria Geral;
- IV- Secretaria de Finanças;
- V- Secretaria de Formação e Políticas Sindical;
- VI- Secretaria de Imprensa, Comunicação e Cultura;
- VII- Secretaria de Assuntos Jurídicos
- VIII- Secretaria de Juventude.
- IX- Secretaria da Mulher Trabalhadora;
- X- Secretaria de Saúde do trabalhador e Previdência Social;
- XI- Secretaria da Diversidade e Promoção da Igualdade Racial.

A existência de uma Secretaria da Mulher Trabalhadora revela a necessidade de um setor voltado às causas femininas. O artigo 34º, que define as competências da Secretaria da Mulher Trabalhadora, apresenta uma rica formação discursiva que pode ser desvendada através da lente da Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Através dos conceitos de intertextualidade, ideologia e formação discursiva, podemos desvelar os sentidos presentes no texto e suas relações com o contexto social mais amplo.

O artigo 34º se insere em um contexto discursivo mais amplo, marcado por lutas por direitos humanos, empoderamento feminino e equidade de gênero. Essa intertextualidade se manifesta na evocação de conceitos como "mulher trabalhadora",

"direitos da mulher", "violência doméstica" e "sociedade justa", que remetem a um discurso mais amplo sobre as relações de gênero e as desigualdades sociais.

A ideologia presente no artigo se articula em torno da defesa da mulher trabalhadora e da promoção da equidade de gênero. Essa ideologia se manifesta na ênfase em ações como a elaboração de políticas públicas, a realização de eventos e a produção de material educativo, todas voltadas para a promoção dos direitos das mulheres. A formação discursiva do artigo 34º é constituída por uma série de elementos que se articulam para produzir os sentidos do texto. Entre esses elementos, podemos destacar:

- O sujeito: A Secretaria da Mulher Trabalhadora é constituída como sujeito discursivo responsável pela promoção dos direitos das mulheres.
- O objeto: A mulher trabalhadora é posicionada como objeto de ação das políticas públicas e das ações da Secretaria.
- A relação: A relação entre a Secretaria e a mulher trabalhadora é marcada pela proteção e pela promoção dos direitos das mulheres
- Efeitos de Sentido: A formação discursiva do artigo 34º produz diversos efeitos de sentido, entre os quais podemos destacar:
 - A naturalização da desigualdade de gênero, ao posicionar a mulher como sujeito necessitado de proteção e promoção por parte do Estado;
 - A invisibilidade das relações de poder que sustentam as desigualdades de gênero, ao focar nas ações da Secretaria e nas necessidades das mulheres, sem problematizar as estruturas sociais que geram essas desigualdades;
 - A reificação da identidade da mulher trabalhadora, ao fixá-la em uma categoria única e homogênea, sem considerar a diversidade das mulheres e suas experiências singulares.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MASCULINO GENÉRICO E SUA PREVALÊNCIA NOS ESTATUTOS

A história, por muito tempo, silenciou as vozes das mulheres em todos os setores da sociedade. A narrativa tradicional, marcada por um viés masculino,

relegou mulheres à obscuridade, negando-lhes reconhecimento e visibilidade. Nomes como George Eliot (Inglaterra) e Georg Sand (França) mascaravam as identidades reais de Mary Ann Evans e Amantine Dupin, escritoras talentosas que, para alcançar o sucesso literário, viram-se obrigadas a se esconderem atrás de pseudônimos masculinos (Nodari, 2021).

No início do século XX, a escritora Virgínia Woolf, em seu célebre ensaio *Um Teto Todo Seu* (2014), lançou luz sobre essa realidade. Ela reconheceu a invisibilidade das mulheres na história e reivindicou o valor de suas contribuições. Woolf (2014, p. 62) afirma que, mesmo que suas obras não fossem assinadas com seus nomes reais, as mulheres sempre foram atuantes, mas suas vozes foram silenciadas e suas identidades negadas. “Anônimo, que escreveu tantos poemas sem assiná-los, foi muitas vezes uma mulher”.

Considerando que a Língua Portuguesa privilegia o masculino no plural e na formação de pronomes, quais as raízes linguísticas fincadas na formação discursiva dos estatutos e atas de posse analisados? Em busca de resposta, seguiremos à análise agora à luz de um campo teórico pouco explorado, porém muito elucidativo.

A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas sim uma ferramenta viva que se molda e interage com a sociedade. Ela é capaz de tanto refletir as realidades sociais quanto construí-las, servindo como um instrumento de poder que expressa a cultura, a história e a memória coletiva.

Neste contexto, este capítulo dedica-se a analisar como o masculino genérico é construído nas formações discursivas dos documentos analisados, buscando assim compreender as construções linguísticas presentes nos os efeitos de sentido produzidos pelo uso do masculino genérico.

Ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente excluídas da esfera social pública, relegadas ao âmbito privado e impedidas de exercer plenamente seus direitos e potencialidades. Essa exclusão se manifestava na impossibilidade de ingressar no mundo do trabalho produtivo, aquele que gera renda e exige a formalização de um contrato entre empregado(a) e empregador(a) (Hirata; Kergoat, 2007).

Para compreendermos a trajetória das mulheres na esfera pública, é fundamental adotar uma perspectiva interseccional que reconheça a multiplicidade

de suas experiências. É preciso evitar a homogeneização das mulheres, como se todas estivessem sujeitas às mesmas opressões e desafios.

A construção social da divisão sexual do trabalho, enraizada em uma lógica patriarcal, relegou as mulheres à esfera privada, confinando-as ao espaço doméstico e atribuindo-lhes as atividades de cuidado como inerentes ao seu "instinto materno" (Hirata; Kergoat, 2007). Essa artificial dicotomia entre o público e o privado mascarou a exploração do trabalho feminino não remunerado, naturalizando a desvalorização de suas funções e a invisibilidade de sua contribuição para a sociedade.

Apesar das conquistas das lutas feministas, a segregação ocupacional no mercado de trabalho persiste como um reflexo da lógica patriarcal. As mulheres ainda se concentram em áreas consideradas "femininas", como cuidado, educação e serviços domésticos, enquanto os homens dominam áreas tidas como "masculinas", como engenharia, tecnologia e cargos de liderança. Essa divisão artificial das profissões perpetua a hierarquização do trabalho, relegando as atividades desempenhadas pelas mulheres a uma posição inferior e subvalorizada (Hartmann, 1979).

O patriarcado, definido como a "manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão dessa dominação sobre as mulheres na sociedade como um todo" (Lerner, 2020, p. 239), se infiltra em todas as esferas da vida social, incluindo a linguagem. Através da linguagem, perpetuam-se visões de mundo machistas, opressoras e centradas no homem.

O discurso patriarcal se manifesta na linguagem, perpetuando a invisibilidade do trabalho feminino. A referência masculina como padrão na linguagem profissional contribui para a desvalorização do trabalho das mulheres, mesmo quando elas ocupam cargos de alto nível. Essa discursivização da referência masculina naturaliza a ideia de que o trabalho masculino é mais importante e valioso, perpetuando a desigualdade salarial e a falta de reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho.

A feminilização das profissões, resultado da atribuição de características ditas femininas a determinadas áreas de trabalho, contribui para a desvalorização dessas profissões e dos trabalhadores que as exercem. Essa feminilização é um reflexo da

lógica patriarcal que associa as mulheres à submissão e à fragilidade, rebaixando o status e o valor das profissões dominadas por elas (Federici, 2019).

A divisão sexual do trabalho não é apenas uma forma de organizar as atividades produtivas, mas sim um mecanismo de dominação patriarcal. Essa divisão tem como princípios a segregação (trabalhos de homens e mulheres) e a hierarquia (trabalho masculino como superior) (Hirata; Kerkoat, 2007). Essa estrutura reforça a opressão das mulheres e impede o seu pleno desenvolvimento na sociedade.

A própria definição de "homem" nos dicionários traça um perfil enaltecido, imbuído de características como força, coragem e determinação. Em contrapartida, "mulher" se associa a atributos que, historicamente, foram considerados inferiores, como beleza, sensibilidade, fragilidade e fraqueza. Essa dicotomia se manifesta na linguagem, inclusive no uso pejorativo de adjetivos femininos ("coisa de mulher", "mulherzinha").

Como afirma Rich (1983, p. 241), "em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência". Nesse sentido, os estudos feministas se dedicam a desmantelar essa estrutura opressora, analisando a relação entre a linguagem e as lutas das mulheres.

O masculino genérico, presente na gramática normativa do português brasileiro e em diversas outras línguas (Mäder, 2016), é frequentemente defendido como uma construção neutra que se refere tanto ao gênero humano quanto a objetos de gênero masculino e feminino. No entanto, essa visão ignora as implicações sociais do uso do masculino como norma.

A relação entre língua e gênero, embora já explorada em diferentes perspectivas, tem ganhado crescente relevância nos últimos tempos. Essa intensificação do debate acende a necessidade de um uso da linguagem mais consciente e sensível em relação à sexualidade e ao gênero (Venegas Franco; Pérez Cervera, 2006).

Ao reconhecer a interconexão intrínseca entre língua e identidade, torna-se imprescindível desvendar as práticas linguísticas que, muitas vezes, perpetuam desigualdades e hierarquias de gênero:

Como a transmissão dos sobrenomes (nomes de família), na qual tradicionalmente se mantém o sobrenome do homem, seja este o pai ou o marido [prática que até certo ponto tem aos poucos mudado, observação nossa]; ou a famosa “regra” de derivação do feminino a partir do masculino, muito frequente em gramáticas normativas e métodos de língua estrangeira, segundo a qual o feminino se forma pelo acréscimo da desinência – a (no caso do português) ao radical masculino (guardando uma intrigante analogia com o mito de criação judaico-cristão, segundo o qual a mulher foi criada a partir do homem) sem, no entanto, explicar por que a forma masculina seria mais básica que a forma feminina (Mäder, 2016, p. 27).

Na construção de discursos, é comum observarmos a alternância entre a marcação genérica masculina e a específica, gerando um "salto semântico". Essa prática, definida por Álvaro García Meseguer, representa um erro anafórico, pois dificulta a compreensão da relação entre os elementos mencionados. O "salto semântico" apresenta diversas problemáticas:

Erro anafórico: A falta de coesão entre a marcação genérica e a específica gera ambiguidade e dificulta a interpretação do texto;

Reforço de estereótipos: Em contextos patriarcais, essa prática reforça estereótipos de gênero, condicionando comportamentos e espaços como masculinos ou femininos;

Limitação da compreensão: A análise do "salto semântico" apenas pela estrutura gramatical ignora o contexto e as nuances da comunicação.

Tradicionalmente, o masculino genérico é defendido pela ideia de "gênero não marcado". Em sua análise dos gêneros gramaticais do português, Mattoso Câmara (1972, p. 119) explica que o feminino se configura como uma "especialização morfossêmantica" do masculino, ou seja, uma forma modificada pela adição da terminação "/a/".

Na terminologia de Trubetzkoy (1969), essa é uma "oposição privativa": a forma feminina marcada pela terminação se contrapõe à forma masculina não marcada, que não possui terminação (\emptyset). O masculino é considerado a forma base, neutra, enquanto o feminino é visto como uma variação específica, marcada.

Ao contrário do que se propõe a ideia de que a marcação de gênero serve apenas para distinguir macho e fêmea, ela opera como um operador desambiguador, designando o sexo/gênero e conectando os interlocutores no discurso (Corbet, 1991).

A desinência de gênero, no português brasileiro, garante a coesão linguística e identifica os diferentes sujeitos (Dumézil, Lévi-Strauss, 1984).

Essa visão tradicional pressupõe que o masculino representa a totalidade, enquanto o feminino representa apenas uma parte dessa totalidade. O português, a exemplo de outras línguas, não apenas faculta, mas impõe a escolha do gênero de designação pelo falante

Como bem observa Corbett (1991, p. 5), "o falante tem de escolher entre masculino e feminino, ainda que o sexo do referente não seja conhecido". Essa imposição se manifesta com especial clareza nas construções com pronomes indefinidos e interrogativos.

Ao impor a escolha de gênero, a língua portuguesa não apenas reflete, mas também constrói a realidade social. Essa imposição contribui para a perpetuação de estereótipos e desigualdades de gênero, relegando as mulheres a posições subalternas e marginalizando suas vozes. A escolha do masculino genérico, nesse sentido, não é um ato neutro, mas sim uma tomada de posição que reproduz e legitima a ordem patriarcal.

O gênero que geralmente chamamos de "masculino" é, na verdade, o "gênero não marcado". Isso significa que ele pode ser usado para representar tanto homens quanto mulheres, sem a necessidade de especificar o gênero. A aparente neutralidade do masculino genérico, frequentemente utilizado como padrão, é uma falácia.

Ao longo da história, a perspectiva masculina tem sido utilizada como referência dominante para compreender e discutir a humanidade. O termo "homem", muitas vezes utilizado de forma genérica para abranger todos os seres humanos, coloca a figura masculina no centro, relegando a mulher à margem, como "o outro".

Essa visão ignora as vontades, desejos, pensamentos, agência e classe das mulheres, simplesmente por serem mulheres, seres considerados "não-homens" ou "não-masculinos".

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem-se: "Você pensa assim porque é uma mulher" (Beauvoir, 2002, p. 9).

Essa escolha, longe de ser neutra, carrega consigo uma carga simbólica e social que invisibiliza as mulheres e reforça a hegemonia masculina. A imposição da escolha de gênero, nesse contexto, revela a natureza falocêntrica da linguagem, que naturaliza a centralidade do homem como sujeito universal.

Mesmo autores com diferentes perspectivas teóricas defendem o masculino genérico. Sirio Possenti (2012) propõe que os substantivos com marca de gênero no português, geralmente considerados femininos, são na verdade os únicos com gênero. Já os demais, inclusive os tradicionalmente tidos como masculinos, seriam agêneros.

José Borges (2013, p. 11) segue a mesma linha, dividindo os substantivos em "marcantes" (que concordam com artigos e adjetivos) e "não marcantes". Segundo ele, a classificação dos "marcantes" como femininos e dos "não marcantes" como masculinos é apenas uma convenção histórica, sem base na realidade da língua. Ambos os autores baseiam-se no trabalho de John Martin (1975), que propõe a distinção entre "substantivos marcantes" e "substantivos não-marcantes", com base na concordância no gênero masculino de predicativos de sujeitos não-nominais..

Analisar as estruturas linguísticas sem considerar o aspecto social intrínseco é um equívoco. A linguagem, como ferramenta dialógica, está imbricada nas relações de poder e na construção da realidade social. A marcação de gênero, portanto, não se resume a uma mera questão morfosintática, mas assume um caráter sociopolítico que molda nossa percepção do mundo.

Diante da invisibilidade histórica das mulheres na linguagem, erguem-se estratégias linguísticas que as colocam em posição de destaque. Apesar de serem consideradas redundantes do ponto de vista estritamente gramatical, essas escolhas assumem um significado profundo na perspectiva social, especialmente na ótica feminista (Butler, 2003).

Essas escolhas operam como uma intervenção linguística no plano lexical, mobilizando uma opção ideológica consciente. Através da ressignificação e valorização de elementos já presentes no português, busca-se construir uma linguagem mais justa e representativa.

4.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA ÀS ATAS DE POSSE

Os resultados analisados neste tópico foram originados a partir da leitura, fichamento, análise e organização de dados dos estatutos de 10 sindicatos: Sindsep Caucaia, Sindsep Bela Cruz e Sindsec Canindé, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz.

Uma ata de posse, documento que registra formalmente a assunção de um cargo, pode ser um rico material para análise discursiva, especialmente quando

revela um deslocamento significativo em relação a padrões tradicionais de ocupação, como a predominância feminina em cargos diretivos.

A análise discursiva, nesse caso, permite-nos desvelar as nuances e as implicações desse fato, tanto em termos de representação social quanto de poder. Para analisar o discurso contido nos estatutos e atas de posse, foram levantadas questões, elencadas a seguir:

1) Linguagem utilizada: Quais termos são utilizados para descrever a posse das mulheres? Há uma ênfase em suas qualificações, experiências ou em sua condição de mulheres? A linguagem é neutra ou carrega conotações específicas?

Quais as falas das mulheres empossadas? Quais as impressões e expectativas sobre suas gestões? As falas dos demais presentes reforçam ou questionam essa nova realidade?

2) Contexto histórico e social: A posse dessas mulheres ocorre em um contexto de fortalecimento de quais movimentos sociais? Há referências a lutas históricas por igualdade de gênero? A cultura da organização em questão é tradicionalmente masculina? A posse das mulheres representa uma ruptura com essa cultura?

3) Implicações da mudança: A presença feminina em cargos de liderança transmite quais mensagens sobre a organização e a sociedade? A expectativa é de que a presença feminina leve a mudanças nas práticas da organização? Quais? Quais os desafios que essas mulheres podem enfrentar ao assumir esses cargos?

4.3.1 Sindsep Caucaia

Conforme dados da última eleição, realizada em 2023, o Sindsep Caucaia registrou em sua ata de posse, o total de 10 mulheres eleitas, tanto para a Presidência como para as secretarias - Geral, Finanças, Formação, Assuntos Econômicos e Pesquisa, Políticas Sociais, Comunicação e Cultura, Assuntos Jurídicos e Direitos Humanos, Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Previdência Social e Mulher Trabalhadora -. As demais secretarias - Promoção de Igualdade Racial, Juventude Trabalhadora e LGBT - foram ocupadas por homens.

A suplência também foi majoritariamente feminina - 8 mulheres e 1 homem -, bem como o Conselho Fiscal, que com a eleição, passou a ser 100% ocupado pelas mulheres. Da mesma forma, a suplência do Conselho Fiscal.

As representações regionais do Sindsep Caucaia, divididas em 6 territórios, estão compostas da seguinte maneira:

- 1) Sede: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres. A suplência foi ocupada por 3 mulheres e 2 homens;
- 2) Jurema: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres. A suplência ficou dividida da seguinte forma: 3 mulheres e 2 homens;
- 3) Praia: 4 mulheres e 1 homem. Suplência: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres;
- 4) Garrote: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres. Suplência: 3 mulheres e 2 homens;
- 5) BR020: 3 mulheres e 2 homens. Suplência: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres;
- 6) Br 222: Ocupação 100% feminina, totalizando 5 mulheres. Suplência: 4 mulheres e 1 homem.

A análise da ata de posse do Sindsep Caucaia revela um cenário inédito e promissor: uma predominância feminina absoluta nos cargos de direção e representação. Essa mudança significativa marca um novo capítulo na história do sindicato e coloca Caucaia em destaque no cenário nacional em termos de representatividade de gênero nos movimentos sindicais. Pontos-chave a serem Destacados:

- Presidência e Secretarias: A concentração de mulheres nos principais cargos de decisão demonstra um avanço significativo na luta por igualdade de gênero e na valorização da liderança feminina.

- Suplência: A maioria feminina na suplência garante uma reserva técnica qualificada para assumir as funções em caso de necessidade, reforçando o protagonismo das mulheres no sindicato.

- Conselho Fiscal: A ocupação integral do Conselho Fiscal por mulheres é um indicativo da confiança depositada nas mulheres para exercerem funções de controle e fiscalização.

- Representações Regionais: A análise por região demonstra uma distribuição equilibrada da representação feminina, indicando um engajamento das mulheres em todas as bases territoriais do sindicato.

- Quebra de paradigmas: A configuração da nova diretoria desafia os padrões tradicionais de liderança sindical, historicamente dominados por homens.

Interpretações e Implicações:

- Consciência da importância da diversidade: A eleição de tantas mulheres demonstra uma crescente conscientização da importância da diversidade de gênero na liderança sindical e a necessidade de ampliar a participação das mulheres na tomada de decisões.

- Fortalecimento da luta por direitos: A presença de mulheres em cargos de liderança pode impulsionar a luta por direitos específicos das trabalhadoras, como a igualdade salarial, a conciliação entre trabalho e família e o combate à violência de gênero no ambiente de trabalho.

A democracia, como sistema político que valoriza a participação popular e a igualdade, desempenha um papel crucial na construção e disseminação de narrativas sobre a ocupação feminina em cargos diretivos em sindicatos e isto ocorre sob alguns prismas, a saber:

1. Espaço para Vozes Diversas:

- ☐ Pluralidade de perspectivas: A democracia garante que diferentes vozes sejam ouvidas, incluindo as das mulheres trabalhadoras. Isso permite que as mulheres sindicalizadas construam narrativas autênticas sobre suas experiências, desafios e conquistas.
- ☐ Visibilidade: Ao proporcionar um espaço para que as mulheres se expressem, a democracia contribui para torná-las mais visíveis e reconhecidas como agentes de transformação social

2. Fortalecimento da Representação Feminina:

- ☐ Cotas e ações afirmativas: A democracia permite a implementação de políticas que visam aumentar a representação feminina em espaços de decisão, como as cotas de gênero em sindicatos. Essas medidas garantem que as mulheres tenham mais oportunidades de ocupar cargos de liderança.
- ☐ Empoderamento: Ao ocupar cargos diretivos, as mulheres podem influenciar as agendas sindicais, incluindo temas como a igualdade de gênero, a conciliação entre trabalho e família e a combate à violência contra as mulheres.

3. Legitimação das Lutas Feministas:

- ☐ Base social: A democracia legitima as lutas das mulheres por mais direitos e oportunidades. Ao participarem ativamente dos sindicatos, as mulheres podem fortalecer suas reivindicações e construir alianças com outros grupos sociais.

- ☐ Mudança cultural: A presença de mulheres em cargos de liderança nos sindicatos contribui para mudar a cultura organizacional e desafiar os estereótipos de gênero, incentivando a participação mais ativa das mulheres nas atividades sindicais

4. Construção de Narrativas Coletivas:

- ☐ História compartilhada: A democracia permite que as mulheres sindicalizadas construam uma história compartilhada, baseada em suas experiências e lutas. Essa história coletiva serve como inspiração para outras mulheres e fortalece a identidade de gênero e de classe
- ☐ Mobilização: As narrativas construídas coletivamente podem ser utilizadas para mobilizar as trabalhadoras e a sociedade em geral em torno de causas justas, como a igualdade de gênero no mundo do trabalho.

A predominância feminina pode ser interpretada como uma quebra de paradigmas tradicionais, que associavam o poder e a liderança a figuras masculinas. A posse dessas mulheres contribui para a visibilidade da mulher na esfera pública e para o empoderamento feminino. A presença feminina em cargos de liderança pode ser vista como uma legitimação das lutas por igualdade de gênero.

A ocupação de cargos diretivos por mulheres pode ser um instrumento para a transformação social, promovendo uma cultura organizacional mais inclusiva e equitativa. A nova diretoria, com forte presença feminina, pode trazer uma nova agenda para o sindicato, com foco em temas como a igualdade de gênero, a diversidade e a inclusão. O exemplo do Sindsep Caucaia pode servir de inspiração para outros sindicatos, incentivando a participação e a liderança das mulheres.

4.3.2 *Sindsec Canindé*

Em poucas páginas, a formação discursiva da ata de posse do Sindsec mostra a prevalência da presença feminina nos cargos da Diretoria Executiva. Dos oito cargos diretivos, cinco são ocupados por mulheres. Nos cargos suplentes, ocorre o mesmo.

Além disso, a eleição de mulheres para o Conselho Fiscal representa um avanço na ruptura dos discursos sobre a falta de aptidão feminina para lidar com questões financeiras. Reforça-se que a ata de posse é um reflexo do cenário do Sindsec, onde as mulheres possuem poder e voz, apesar do aparente contrário ser explanado no Estatuto.

Assim percebe-se que há dicotomia no sindicato: de um lado, um estatuto predominantemente masculino, cujo discurso é elaborado sob a égide do masculino genérico, permitindo interpretações equivocadas sobre a ideologia do Sindicato; de outro, a ata de posse que traz à tona a ocupação feminina massiva nos cargos de poder, contrariando o primeiro documento e conduzindo à ideia de que na vivência real, as mulheres são acolhidas e respeitadas.

Assim, a formação discursiva da ata de posse mostra que cada vez mais as mulheres rompem com a concepção retrógrada de que são responsáveis pelo atendimento às expectativas masculinas e se tornam protagonistas de suas próprias histórias e decisões. Outro ponto interessante a ser relatado a partir da leitura a ata de posse é que, se estas mulheres foram eleitas, houve quem confiasse em suas falas e discursos, assim, a construção de uma formação discursiva voltada à inserção das mulheres no âmbito sindical rendeu bons frutos.

4.3.3 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Antonina do Norte, Saboeiro, Aiuaba e Arneiroz

A equiparação entre homens e mulheres eleitos revela certa grau de harmonia entre os gêneros. Apesar de a Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral terem sido ocupadas por homens, Secretarias importantes foram ocupadas por mulheres (Trabalhador e Previdência Social, Mulher Trabalhadora e Igualdade Racial).

O discurso apresentado busca estabelecer uma narrativa de progresso e harmonia entre os gêneros na esfera política, com base na crescente participação feminina em cargos de liderança. Ao destacar a equiparação entre homens e mulheres eleitos e a ocupação de secretarias importantes por mulheres, o texto sugere um avanço em direção à igualdade de gênero.

No entanto, uma análise mais aprofundada revela nuances e limitações dessa perspectiva. A ênfase na equiparação numérica entre homens e mulheres eleitos pode obscurecer a desigualdade de poder e influência que persiste nas relações de gênero. A presença de mulheres em cargos de liderança, por si só, não garante a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero de forma substantiva.

A escolha de destacar as secretarias ocupadas por mulheres (Trabalhador e Previdência Social, Mulher Trabalhadora e Igualdade Racial) pode ser estratégica para apresentar uma imagem positiva da representatividade feminina. No entanto, é importante considerar a distribuição de poder e recursos entre as diferentes

secretarias e o impacto real dessas políticas nas vidas das mulheres. O discurso se concentra na esfera executiva, ignorando outras esferas de poder como o legislativo e o judiciário, onde a presença feminina ainda é menor e as desigualdades de gênero são mais acentuadas.

4.3.4 Sindsep Pacujá e Graça

Ao dia 17 de agosto de 2022, ocorreu a posse da nova Diretoria Executiva deste sindicato. A presença feminina inicia-se pela participação da Presidente da Comissão Eleitoral Rita Benjamim Gomes e da Vice Presidente eleita Maria da Conceição Lopes, da Secretária Geral Kelly Ferreira Garcia Pinto, da Secretária Adjunta Maria Viviane Rodrigues, da Secretaria de Assuntos Jurídicos Antonia de Maria Nascimento Lopes, da Secretaria da Mulher Trabalhadora Adriana de Carvalho.

A formação discursiva deste documento reflete a realidade eleitoral da época, na qual a maioria de mulheres compõem os cargos diretivos, assim a partir da leitura da ata de posse, constata-se que as formações discursivas da ata de posse e do Estatuto são bastante diferentes. A ata de posse do Sindsep Pacujá e Graça, marcada pela massiva presença feminina nos cargos diretivos eleitos, configura um momento histórico de ruptura com o discurso majoritariamente masculino que permeava o estatuto da entidade.

O documento revela um processo eleitoral inclusivo, igualitário, com a participação feminina em todas as esferas até a eleição, o que vai de encontro à linguagem excludente do Estatuto. Assim, verifica-se que o masculino genérico, neste caso, é um vício de linguagem, sedimentado nos resquícios da hegemonia masculina nos sindicatos.

A ascensão das mulheres aos cargos diretivos do Sindsep Pacujá e Graça representa um marco simbólico na luta pela igualdade de gênero. A massiva presença feminina na mesa diretiva desafia a hegemonia masculina que historicamente dominou o sindicato, subvertendo a ordem discursiva preestabelecida e abrindo espaço para novas vozes e perspectivas.

A ata de posse não apenas registra a mudança na composição da diretoria, mas também reflete a realidade cada vez mais presente das mulheres em diversos setores da sociedade. Essa realidade inclusiva, marcada pela participação ativa das mulheres na vida pública e privada, desafia os estereótipos de gênero e exige um repensar das estruturas de poder tradicionalmente masculinas.

Logo, é primordial apontar que há profunda discrepância entre estatuto e ata de posse, o que faz urgir a necessidade de reformulação do Estatuto para incluir as mulheres em suas mensagens.

4.3.5 *Sindicato dos Professores de Crateús*

Mais uma vez, a presença feminina se fez majoritária, desconstruindo a formação discursiva do Estatuto. Com mais mulheres assumindo cargos diretivos, torna-se evidente que as falas femininas adquiriram mais força e relevância, trazendo à tona questões evolutivas sobre a reformulação do papel das mulheres. O fato de o Presidente ser um homem não diminui as conquistas, até mesmo pois o cargo foi ocupado via eleição, fazendo valer os princípios democráticos.

Não foram poucas as lutas para que as mulheres pudessem se desvencilhar do papel meramente doméstico e das alcunhas desmoralizadoras alimentadas pela estrutura machista da sociedade, cuja narrativa encarregou-se da desumanização e invalidação feminina. Foi em busca da ruptura com estes paradigmas que mulheres revolucionárias e destemidas seguiram empreendendo esforços para alcançar posições de destaque. Relembra-se aqui a figura de Olympe de Gouges, autora do documento Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, guilhotinada em 1793 por ter desejado “ser um homem do Estado”. Em sua declaração Gouges conclamou:

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira (Gouges, 1791).

A memória destas mulheres não deve mais sofrer apagamento e as narrativas que envolvem suas figuras devem reverberar em casa esfera da sociedade, a fim de expandir a força feminina que ainda aflora nos mais diversos âmbitos. Ver uma maioria feminina ser eleita por vias democráticas conduz à concepção de que os discursos femininos foram ouvidos e validados.

A ocupação feminina em cargos diretivos acaba por trazer impactos às mulheres sindicalistas. Pêcheux (2007) *apud* Indursky (2008, p. 21) batizou este evento de acontecimento discursivo, ou seja, um acontecimento que rompe com uma memória preestabelecida. Neste contexto, a memória da impossibilidade de ascensão feminina a cargos diretivos.

O exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de

constituição. [...]Esse movimento em direção ao novo, ao inusitado, esse movimento de ruptura marca um momento pontual, único, fugaz, irrepitível, o qual registra não só o surgimento de um novo domínio de saber, mas também uma nova forma-sujeito. Ou, se preferirmos um novo sujeito histórico, ideológico. Como é possível perceber, o acontecimento discursivo não se dá a partir do nada. Ele ocorre a partir de um domínio de saber já existente em relação ao qual ocorre ruptura (Pêcheux, 2007).

A ruptura com a formação discursiva do Estatuto revela este momento de acontecimento discursivo, deixando na história do sindicato os registros da presença feminina em suas lideranças.

4.3.6 *Sindsep Bela Cruz*

A análise da Ata de Posse de Bela Cruz sob a perspectiva de Michel Pêcheux, um dos principais teóricos da Análise do Discurso (AD), nos permite desvelar as relações de poder, as ideologias e as formações discursivas que subjazem à distribuição de cargos e funções dentro da organização. Pêcheux (2007) postula que o discurso não é neutro, mas sim um lugar de luta ideológica, onde as posições sociais e os interesses de grupos são disputados e representados.

Ao analisar a distribuição de cargos na Ata de Posse, observamos uma clara divisão sexual do trabalho, com as mulheres concentradas em áreas consideradas "tradicionais" ou de menor poder, como finanças, formação, política sindical e questões de gênero. Já os homens ocupam as posições de maior visibilidade e poder, como diretoria, vice-direção, secretaria geral, imprensa e assuntos jurídicos. Assim, a formação pós eleição está elencada da seguinte maneira:

Quadro 6: Composição do Sindsep Bela Cruz

Diretoria, vice diretoria e secretaria geral: homem
Secretaria de Finanças e Formação e Política Sindical: mulheres
Secretaria de Imprensa, Comunicação e Cultura: homem
Secretaria de Assuntos Jurídicos, Previdenciários e Direitos Humanos: homem
Secretaria de Mulheres e Igualdade Racial: mulher
Diretoria Suplente: 4 mulheres e 3 homens
Conselho Fiscal Efetivo: 1 mulher e 3 homens
Conselho Fiscal Suplentes: 2 mulheres e 1 homem.

Fonte: A autora (2024).

Elementos Chave na Análise Pechêutiana:

- ❏ Formações Ideológicas: A distribuição de cargos reproduz e reforça formações ideológicas patriarcais, que associam homens a papéis de liderança e mulheres

a papéis subordinados. Essa divisão sexual do trabalho é naturalizada pelo discurso, ou seja, apresentada como algo natural e inevitável.

- ☐ Heterogeneidade do Discurso: Embora a Ata de Posse revele uma predominância de homens em cargos de poder, a presença de mulheres em algumas secretarias e na diretoria suplente indica uma certa heterogeneidade do discurso. No entanto, essa heterogeneidade não é suficiente para desafiar a ordem estabelecida, pois as mulheres continuam sub-representadas nos cargos de maior poder.
- ☐ Luta Ideológica: A distribuição de cargos é resultado de uma luta ideológica, onde diferentes grupos sociais disputam o sentido das palavras e a ocupação dos lugares de fala. A presença de mulheres em algumas secretarias pode ser interpretada como um avanço, mas também como uma estratégia para cooptar e desmobilizar o movimento feminista.

A Ata de Posse não é um texto isolado, mas sim um lugar onde se cruzam e se entrelaçam diversos discursos. O discurso da igualdade de gênero, por exemplo, coexiste com o discurso patriarcal, criando uma tensão que se manifesta na distribuição de cargos.

A análise da Ata de Posse de Bela Cruz sob a perspectiva de Pêcheux revela que a linguagem não é neutra, mas sim um instrumento de poder que serve para legitimar e reproduzir as desigualdades sociais. A distribuição de cargos, aparentemente neutra, revela uma complexa trama de relações de poder e ideologias que moldam a vida social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise discursiva realizada neste estudo revelou uma evolução significativa na participação feminina em cargos sindicais. A presença de termos mais inclusivos e a criação de espaços específicos para as mulheres demonstram um avanço na construção de um sindicalismo mais equitativo.

Ao retomar a questão da pesquisa, que posições de destaque as mulheres assumem nos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Ceará? Os resultados demonstram que a crescente participação feminina em movimentos sindicais está relacionada a um conjunto de fatores sociais, culturais e políticos.

As lutas feministas, os avanços legislativos e as mudanças nas relações de gênero na sociedade como um todo contribuíram para essa transformação. No entanto, é importante ressaltar que essa conquista não é homogênea e que ainda existem desigualdades significativas entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A análise discursiva realizada neste estudo revela a importância de continuarmos a desconstruir os estereótipos de gênero e a promover a igualdade de oportunidades para todas as trabalhadoras

Os desafios persistem, como a necessidade de aprofundar as discussões sobre interseccionalidade e de combater as resistências culturais que ainda dificultam a plena participação das mulheres. Futuras investigações podem explorar a relação entre a representação discursiva das mulheres e suas experiências concretas no exercício do poder sindical.

Além disso, é fundamental que os sindicatos desenvolvam políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero, como a implementação de cotas para mulheres em cargos de liderança, a criação de programas de mentoria e o fortalecimento das redes de mulheres sindicalistas. A construção de um sindicalismo mais igualitário e democrático é um desafio constante, que exige o engajamento de todos os atores

envolvidos. É fundamental que os sindicatos continuem investindo em ações afirmativas e em políticas de gênero para garantir a igualdade de oportunidades e a construção de um movimento sindical mais representativo e democrático.

Além disso, compreendeu-se como historicamente foi discutido o gênero, inclusive nos estudos sobre a mulher, estando isso atrelado à história das mulheres no sindicalismo brasileiro, principalmente no sindicalismo do estado do Ceará.

Traçar esse delineado nos permitiu compreender as condições de produção desse discurso acerca das mulheres no sindicalismo, refletindo se e como as posições de destaque tem sido ocupadas por mulheres nos sindicatos do Ceará, focando na percepção que as mulheres dos sindicatos dos servidores públicos municipais do Ceará têm sobre a participação de mulheres na atividade sindical.

Assim, acredita-se que os objetivos da pesquisa foram cumpridos e a partir deles, assevera-se que há dissonância entre discurso e prática, fato esse que é, de certa forma, afortunado, visto que os documentos oficiais dos sindicatos, ainda que contenha, expressões majoritariamente masculinas, abriu espaços para que as mulheres alcançassem cargos antes delegados apenas aos homens, o que representa mais um degrau na luta feminina pela ocupação de espaços de liderança dentro dos sindicatos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, G. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G.Pereira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BATISTA, J. 30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres no movimento sindical. Disponível em: [https://www.cut.org.br/artigos/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-no-movimento-sindi-c55e#:~:text=A%20formaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20das,na%20sociedade%20e%20no%20movimento](https://www.cut.org.br/artigos/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-no-movimento-sindi-c55e#:~:text=A%20formaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20das,na%20sociedade%20e%20no%20movimento.). Acesso em: 22 abr. 2024.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BLAY, E. A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 601–607, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BORGES, J. Sobre línguas, mundos, gêneros etc. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (Eds.). **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013. p. 129–140.

BRAGA, R.; SANTANA, M. A. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. **Caderno CRH**, v. 22, n. 56, p. 297–309, maio 2009.

BRANDÃO, H. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 08 jan. 2021.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DOU, 1990.

BERTOLIN, P.; KAMADA, F. Ausentes ou Invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012 – ISSN online 1981-3082.

BORDIEU, P. **A dominação masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUCHOLTZ, M. The Feminist Foundations of Language, Gender, and Sexuality Research. In: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (Ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality.** Nova Jersey: John Wiley & Sons, p. 23-47, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, J. M. Considerações sobre o gênero em português. In: **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1972. p. 115–129.

CAPPELLIN, P. Viver o sindicalismo no feminino. **Estudos Feministas**, 271 N, 1994.

CERQUEIRA, C.; RIBEIRO, L.; CABECINHAS, R. Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede. **Revista Ex æquo**, Lisboa, n. 19, p. 111-128, 2009.

CERVERA, J.; FRANCO, P.. **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende** [on-line]. REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina), 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORBETT, G. G. **Gender.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COSTA, A. As mulheres no sindicato. **Revista Feminismos**, Vol.2, n. 2, Maio - Ago. 2014.

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-25, 16 jul. 2021.

DUMÉZIL, G.; LÉVI-STRAUSS, C. **Féminisation des titres et des fonctions.** Disponível em:

https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFCK8WsbZmaowW_Bbz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1723277719/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.academie-francaise.fr%2fsites%2facademie-francaise.fr%2ffiles%2ffrapport_feminisation_noms_de_metier_et_de_fonction.pdf/RK=2/RS=01OykaK10_KStBXpL5WClCPxJwc- . Acesso em: 08 jan. 2021.

FARACO, C. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019

FILGUEIRAS, A. **Formações discursivas atravessadas e identidades em trânsito**: uma análise discursiva de/sobre sujeitos transexuais. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado Ciências da Linguagem. 2019.

FIRMINO, F.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017. ISSN: 1413-2060.

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23).

GOGNA, M. **Mulheres nos Sindicatos**: organização, práticas e exigências [Online]. Tradução: Aline Rossi. 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/mulheres-nos-sindicatos-organiza%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-exig%C3%A2ncias-b3802eafb9e2>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOMES, A. **Rosa da Fonseca**: a rosa que fala e luta. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25035/1/2013_tcc_acgomes.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791**. Disponível em:

http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%2ohistoricas/declaracao_direitos_mulher_cidada.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: EISENSTEIN, Zillah R. (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: Ernst-Pereira, A.; Funck, S. (Org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.

KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, abr./jun. 2010.

LAZAR, M. Feminist critical discourse analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, v. 4, n. 2, p. 141-164, 2007.

LAKATOS, E.; MARCONI, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.^a. São Paulo: Atlas, 2003.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 2002.

MADEIRA, L.F; MARGARIDA, M. **A Room of One's Own, Virginia Woolf (1929)**. Disponível em: <https://queirosiana.blogs.sapo.pt/a-room-of-ones-own-virginia-woolf-1929-132336>. Acesso em 22 abr. 2024.

MANSO, A.; SILVA, A. Micromachismos o Microtecnologías de Poder: La Subyugación e Infravaloración, que Mantienen el Significado Político y Social del “Ser Mujer” como la Desigual. **Conpedi Law Review Barcelona**, v. 1, n. 3, p. 105-123, 2016.

MÄDER, G. R. C. O masculino genérico sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista. **Revista do GELNE, [S. l.]**, v. 17, n. 1/2, p. 33-54, 2016.

MARTIN, J. W. Gênero? **Revista Brasileira de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 3-8, 1975.

MELO, I. **Análise do Discurso e Análise de Discurso Crítica: Desdobramentos e Intersecções**. Letra Magna, ano 5, n. 11, 2^o semestre de 2009, p. 1-18.

MILL, J. **La Servitú delle Donne**. Roma: Sovei', 1976.

MORAES, A.; AZEVEDO, N. “Cálice”: silêncio ou resistência? In: **Revista Recorte**. Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura, UNINCOR, ano 9, n. 2, 2012.

MOTA, M. **Mulheres no sindicalismo rural: reconfigurando a política**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

NODARI, S. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29(3): e74197

ORLANDI, E. P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: **A escrita e os escritores: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise**. In: MARIANE, B. (Org.). São Carlos: Claraluz, 2006.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, C.; MENDES, G. Mulher, educação e movimento sindical no Brasil: reflexões interseccionais. **Linhas Críticas**, fevereiro de 2021.

PASINATO, W.; LEMOS, A.. Lei Maria da Penha e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. In.: VIZA, B.; SARTORI, M.; ZANELLO, V. (Orgs.). **Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF, 2017. p. 11-23.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HACK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monforte (org). **El discurso político**. México, Nueva Imagen, 1980.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Organizado por Gadet e Hak, tradução de Bethânia Mariani et. Al; 3a. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e outros. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou Acontecimento**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

PINTO, A. P. Sindicalismo no Brasil – Breve História - Convenção 87 da OIT. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S. l.], v. 1, n. 24, 2020.

POSSENTI, S. **Questão de gênero**. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/> . Acesso em: 9 abr. 2024.

RAMKRAPES, C. **Histórias do Movimento Feminista no Ceará: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

RECOARO, D. Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, julho de 2020.

REINA, V. **Mulheres no Movimento Sindical: o "avesso" da história**. In: 18º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa

sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Universidade Federal Rural de Pernambuco: Recife - PE. 24 a 27 de novembro de 2014.

RICH, V. **Sobre mentiras, secretos y silencios**. Barcelona: Icaria, 1983.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, K. **As marcas do discurso das mulheres militantes negras: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidade contemporâneas**. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco (PPGL), 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEGATTO, A. Organizações sindicais, estado e sociedade civil no Brasil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, vol. 3, nº. 1, 2020.

SILVA, E. O masculino genérico na língua portuguesa: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Língua Portuguesa**, v. 13, n. 1 (2014), p. 117-132.

SOUSA, M. J.; BAPTISTA, C. S. **Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios**. Lisboa: Pactor, 2011.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2011.

TUCHMAN, G. **Making News**. Connecticut: University of Connecticut Press, 1980.

TRUBETZKOY, N. S. **Principles of Phonology**. Traduzido do alemão por Christiane A. M. Baltaxe. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, [1939]1969. p.344

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p.223-243, 2004.

WOOLF, Virgínia. **Um Teto Todo Seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. Rio de Janeiro: Livraria da Travessa, 2014.

VALLE, Leonardo. Como alunos e alunas transgêneros se sentem na escola? Respeito à identidade de gênero é fundamental para que estudantes não abandonem seus estudos. 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/como-alunos-e-alunas-transgeneros-se-sentem-na-escola/>. Acesso em: 04 de jan. de 2022.

VALVERDE, D. B. S. **A carta das mulheres brasileiras à assembleia Constituinte 1987/1988: os movimentos de mulheres e a redemocratização.** [Dissertação de pós-graduação, Centro Universitário de Brasília].

VIANNA, Cláudia. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. **Educação & Sociedade**, n. 77, p. 100-130, dez. 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo,. 2001.